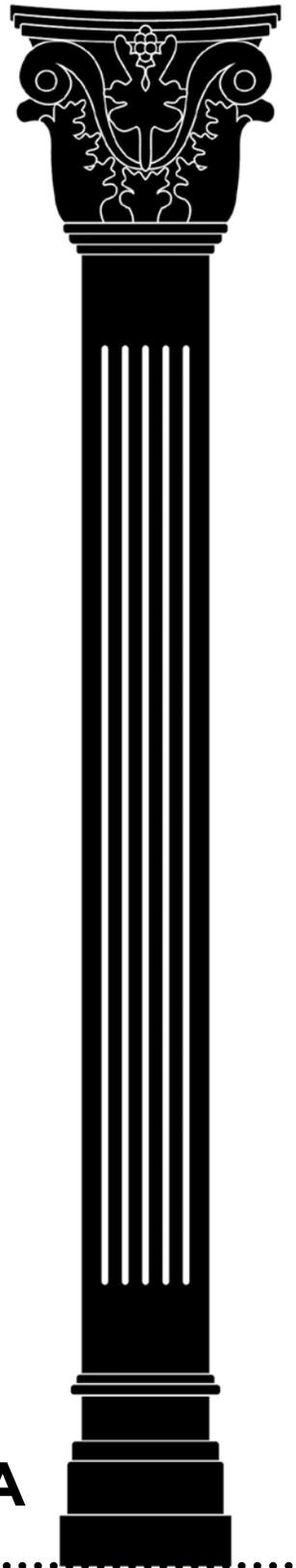
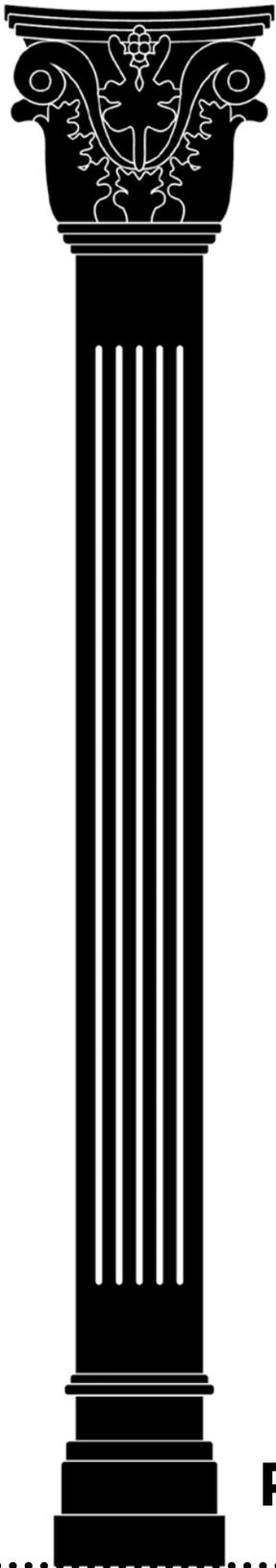


Página 13



■ Nº144 ■ JULHO/2015

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



XÔ POLÍTICAS!



**SEJA TRAGÉDIA OU FARSA,
PRECISAMOS DE VALENTIA GREGA**

Manifesto Brasil
páginas 8 e 9

Resolução da CUT
páginas 18 e 19

Carta de Porto Alegre
páginas 26 e 27

Tempos de emergência, soluções de emergência

Esta edição de *Página 13* contém vários artigos que deixam clara a gravidade da situação política nacional e a necessidade urgente da direção nacional do PT sair da apatia e convocar uma jornada de mobilização nacional, para que a denúncia do golpismo da direita não fique apenas na retórica.

Pelo mesmo motivo, apelamos à presidenta Dilma para que politize sua proverbial coragem. Não basta falar duro e firme contra o golpismo. É preciso mudar a política econômica, já! Pois com esta política econômica, é muito difícil mobilizar o povo em defesa da democracia.

Tragicamente, setores importantes do Partido atuam no sentido contrário ao necessário. Um exemplo disto ocorreu recentemente no Senado: o senador Jorge Viana (AC) ajudou a aprovar um projeto que atenta contra as posições do PT acerca dos direitos da criança e adolescentes.

Sabemos que a direita criminaliza a juventude, especialmente a pobre e negra. Defende a redução da maioria penal, simplifica os problemas de segurança da nossa sociedade, age como se a juventude fosse causa e não vítima da violência.

Frente a ofensiva conservadora, alguns setores progressistas defendem a alteração do ECA como alternativa à PEC da Redução.

Nesse contexto, por ansiedade legislativa ou oportunismo parlamentar, o senador Jorge Viana articulou a aprovação do PLS 450/2013, que estende de 3 para 8 anos o período de internação dos menores infratores em casos de crimes hediondos, alimentando o senso comum que põe nos jovens



a culpa pela violência, além de ajudar os setores que pretendem dar celeridade à tramitação das propostas conservadoras.

Outro exemplo de que setores do Partido vão no sentido contrário ao necessário está na divulgação de resolução desvinculando o direito ao voto no PED do pagamento das contribuições financeiras do filiado ou filiada que não exerce cargo de dirigente, de confiança ou eletivo.

Além de grave em si, esta decisão é um atropelo. Durante o V Congresso do PT, assim que terminou a votação sobre a continuidade ou não do PED, o tesoureiro nacional Márcio Macedo, que presidia os trabalhos, informou oficialmente que o tema “obrigatoriedade ou não de contribuição financeira para poder votar no PED” não havia sido votado nem aprovado: seria remetido primeiro a um seminário e posteriormente para deliberação do DN.

Se o presidente da mesa diretora do Congresso tivesse dito algo diferente, teria sido feito recurso ao plenário. Ainda que

várias pessoas tenham feito referência ao tema da isenção de contribuição durante os debates, o que foi efetivamente votado foi a continuidade ou não do PED. E o correto seria – caso o congresso decidisse, como decidiu, manter o PED—fazer uma segunda votação acerca da mudança ou não das regras financeiras do PED.

Algo de tamanha importância, como a isenção financeira para poder decidir os rumos do Partido, não pode ser introduzido sem debate prévio. Sem falar que é paradoxal estarmos discutindo isto em tempos de Lava Jato, quando está óbvio que o Partido precisa estimular (e não dispensar) a contribuição financeira de seus militantes.

Por estes e por outros motivos, *Página 13* apoia a convocação estatutária de um encontro nacional extraordinário, para fazer aquilo que o 5º Congresso não quis ou não pode fazer. Para os tempos que vivemos, precisamos de soluções de emergência e boa dose de valentia grega. ★

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara Alves/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Brandão/RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Sílvia Vasques/RS, Sônia Fardin/SP, Valteci de Castro/MS, Valter Pomar/SP. **Comissão de ética nacional:** Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF, Júlio Quadros/RS

Edição: Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesse:** www.pagina13.org.br

Um cenário preocupante

Wladimir Pomar*

O cenário político atual parece cor de rosa para a direita. Ela voltou a falar, embora de forma envergonhada, sobre a possibilidade do impeachment da presidenta, tendo como alimento os vazamentos selecionados da Polícia Federal, do Ministério Público e de outros órgãos judiciários, que procuram apenas comprometer o PT, Lula e Dilma. E tudo isso ocorre sem qualquer reação séria e consistente, que convença a opinião pública de que estamos diante de um sistema policial e judiciário partidarizado, e de uma ofensiva direitista que pretende liquidar com as conquistas do povo brasileiro. Em outras palavras, é preciso cobrar alto e bom som que o sistema policial e judiciário deixe vaziar tudo, ou não deva vaziar nada.

O Congresso, por seu lado, continua em sua sanha regressiva e reacionária. Ao mesmo tempo, cria dificuldades para aprovar o ajuste fiscal, não por discordar dele, mas com o objetivo claro de criar um ambiente econômico e social de crise incontornável e de quanto pior, melhor. As empresas estatais, como a Petrobras e as elétricas, ao invés de tomarem iniciativas para empurrar a economia, encolhem-se na expectativa de escaparem da sanha policial e judiciária, suspendem investimentos, promovem falências empresariais, e aumentam o desemprego de trabalhadores.

O quadro de recessão, fechamento de empresas, cortes de postos de trabalho se agrava com rapidez. As cadernetas de poupança sofrem perdas, não só para cobrir gastos aumentados, mas também para proporcionar maiores rendimentos em aplicações financeiras mais rentáveis, estimuladas pelo aumento dos juros do Banco Central. Num quadro como esse, os investimentos produtivos tendem a zero, tornando ainda mais grave a crise na economia, e transformando em pó os projetos de infraestrutura que teoricamente se destinariam a retomar o crescimento. E o decreto de redução de salários e horas de trabalho não passa de um esparadrapo de incerta duração.

Em resumo, o ajuste promovido pelo governo, sob a tutela do ministro Levy, ao invés de criar um ambiente propício à retomada do crescimento, está desajustando toda a economia e criando um quadro so-

Diante do cenário crítico que se instalou após o ajuste fiscal de Levy, já não basta um cavalo-de-pau na economia. Será necessário um cavalo-de-pau também na política, de modo a reorganizar as forças democráticas e populares

cial e político de completa desagregação. Ou seja, está tornando realidade o cenário dos sonhos que nem mesmo a direita, em seus maiores delírios, supunha possível. Nessas condições, já não basta um cavalo-de-pau na economia. Será necessário um cavalo-de-pau também na política, de modo a reorganizar as forças democráticas e populares.

Já que não é o PT que dirige o governo Dilma, à presidenta caberia reorganizar seu governo com um programa de redução dos juros para a retomada dos investimentos produtivos (internos e externos); combate à inflação através do aumento da oferta; e aumento da competitividade dos manufaturados brasileiros através da administração do câmbio. Se houver dúvidas quanto à aprovação popular a um programa desse tipo, valeria a pena tentar um referendo democrático à la grega.

Na política, caberia ao PT tomar a iniciativa de reorganizar as forças democráticas e populares. Ela deveria começar por uma autocrítica consistente de seus erros relacionados com a aceitação de contribuições empresariais e ser complementada

com a proposta de um programa político que contivesse, entre outras coisas, o fim das contribuições empresariais a partidos e campanhas políticas. Como já reiteramos em outras ocasiões, cabe também ao PT chamar os demais partidos e forças democráticas e populares à luta contra a liquidação dos direitos dos trabalhadores e das demais camadas populares, como os atuais ajustes fiscais, e os projetos legislativos retrógrados.

E cabe ao PT, ainda, abrir a discussão com essas forças para definir a estratégia de reformas estruturais que o país precisa, de modo a que a ação unitária não fique restrita às questões relacionadas com a atual ofensiva das forças políticas conservadoras e reacionárias. O Brasil só sairá da atual crise se, além de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos imediatos, gerar um projeto de longo prazo, que aproxime a sociedade brasileira de um sistema econômico, social e político não apenas formalmente democrático, mas democrática e socialmente participativo na economia e na política. ★

*Wladimir Pomar é escritor e analista político



Para virar o jogo

Mudar a política econômica, unificar a base social e enfrentar o golpe

Lindbergh Farias*

A leitura dos jornais no final de semana me deixou indignado. Jamais pensei que o Brasil iria reviver seu passado obscuro: uma conspiração aberta, sem peias nem pudor, contra uma presidenta eleita democraticamente pela maioria do povo brasileiro. É lamentável constatar que entre os principais envolvidos nessa conspiração estão muitas das principais lideranças do PSDB, um partido que no passado se comportou como um dos fiadores da democracia brasileira.

Advirto que golpe é como brincar com fogo. É como abrir uma caixa de Pandora. Um golpe sabe-se como começa e nunca se sabe como termina. Em 1964, dizia-se que o golpe duraria até 1965, quando da eleição do novo presidente da República. Resultado: durou vinte e um longos anos. Mas os golpistas não passarão, para relembrar as palavras da heroína da guerra civil espanhola, Dolores Ibárruri.

Minha angústia aumenta ao perceber que o governo que elegemos, da honrada presidenta Dilma Rousseff, parece ainda não ter noção da gravidade da conspiração que visa derrubar o seu governo ainda este ano. O povo brasileiro amadureceu e não será conivente com qualquer tentativa de ruptura da ordem democrática no país. É por isso que não se pode ter uma posição defensiva.

Em Brasília, não é segredo para ninguém que a aliança do PSDB com setores do PMDB não está restrita a questões como a redução da maioridade penal. Tramam para afastar uma presidenta da República eleita de forma legítima. Nem se pede mais segredo de bastidores, a conspiração é aberta e escancarada.

Há dois argumentos centrais exibidos pelos que defendem a ruptura da continuidade democrática. O primeiro, pauta de todos os discursos, é o de que a crise política e a fragilidade do governo estão fazendo o Brasil afundar em um cenário de recessão e de alta de inflação. Afirmam que não há como sairmos dessa situação sem mudar o governo.



O outro argumento - este de bastidor - é que nunca houve na história do Brasil um governo tão fraco na relação com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Se em público os tucanos aplaudem o juiz Sérgio Moro, em privado falam de abusos no processo e prometem que, se chegarem ao poder, tudo mudará. Não cansam de repetir que não agirão como Dilma, “que lavou as mãos”, e prometem um governo forte, com ascendência sobre o Ministério Público, trânsito no STF e nos meios de comunicação. Lembram que, no período FHC, era o presidente quem escolhia o Procurador (Engavetador) da República. Não havia eleição, isso foi “invenção do Lula”. Nunca vi tanto cinismo junto!

Trata-se, como evidente, de um discurso encomendado para seduzir setores da própria base governista. Vou mais longe: o que começou como uma conspiração está tomando a feição de um acordo, já com roteiro e plano de ação prontos. Falam-se das “pedaladas” e da rejeição das contas pelo TCU, mas a grande aposta é no TSE.

Sabe-se que o PSDB, logo que terminou as eleições presidenciais do ano passado, entrou com uma representação, uma AIJE (Ação Indireta de Investigação Eleitoral), de suposto “abuso de poder econômico”. Procura-se de todas as maneiras forjar um depoimento de um dos delatores presos na Operação Lava Jato, falando de “origem ilegal de recursos de campanha”. Pronto. Arrumou-se o mote.

A partir desse depoimento, parte-se para cabalar votos no Tribunal. Como é um Tribunal pequeno, apenas sete membros, uma maioria circunstancial de quatro permite o afastamento da presidenta da República. Sem nem precisa passar pelo Congresso! Sem nem passar pelo complexo e desgastante processo de um impeachment! Restaria a Dilma apenas lutar por uma liminar junto ao STF.

Resultado do hipotético julgamento junto ao TSE, afastados a Presidenta e o Vice, assumiria a Presidência da República, por três meses, o deputado Eduardo Cunha, enquanto novas eleições seriam realizadas. Este é o roteiro preferencial da chanchada preparada pela oposição e por alguns setores da ainda formalmente chamada “base governista”.

Alguém pode perguntar: o PMDB embarca nesta canoa furada mesmo contra Michel Temer? Ora, o Temer é minoria no PMDB. Além disso, aqui sabemos que ele não tem boas relações com seu próprio partido no Senado. E o controle da bancada do PMDB na Câmara é de Eduardo Cunha, que adoraria assumir a Presidência da República de forma interina. Evidentemente, se esse caminho não der certo, vão-se tentar outras veredas, a exemplo do impeachment e TCU.

Diante da gravidade da situação brasileira, o que nós, democratas e militantes de esquerda, podemos fazer para impedir o golpe, seja judicial ou parlamentar? Podemos fazer muito. Na minha avaliação, a questão central é mobilizar nossas bases sociais para irem às ruas. Eles têm que temer nossa capacidade de reação. Temos que anunciar que, se optarem por esse caminho, estarão colocando o Brasil em um clima de radicalização e confronto que atenta contra nossa democracia. Mas para isso precisamos da ajuda do governo. É preciso que governo pare de atacar a sua própria base! É hora de reaglutinar aquela turma que foi para as ruas no segundo turno da eleição da Dilma.

Como fazer isso? Tomando coragem (que tal nos inspirarmos nos gregos?) para reorientar a política econômica. É um erro

primário conduzir a economia desconsiderando a conjuntura política. Estamos em tempos de guerra. Não se atira contra a própria tropa, contra aqueles que podem sair às ruas em defesa da legalidade democrática.

Ainda resta alguma dúvida de que os “planos de austeridade” de Joaquim Levy estão fracassando? Nesse aspecto, está acontecendo entre nós exatamente uma repetição do que houve na Grécia, Espanha e Portugal. Essa política econômica neoliberal de Levy não é a nossa, nem Dilma foi eleita com essas propostas. Dizer que inexistem alternativas é falso, basta ler o debate econômico brasileiro e internacional e verificar que as alternativas existem, sim.

Essa política econômica mergulhou o país em recessão. O Levy fez o ajuste dizendo que esse era o “único” caminho para recuperar o equilíbrio fiscal. Só que, ao impor ao país, conscientemente, uma recessão mastodônica, a arrecadação do Estado não para de cair. Consorciado à queda da arrecadação, vem a elevação das taxas de juros (cada 0,5% de subida na SELIC significa R\$ 7 bilhões de impacto fiscal negativo).

Resultado: a situação fiscal do Brasil só vem piorando. O déficit nominal de 2014, no ano passado, foi de 6,7; agora, no acumulado dos últimos doze meses, subiu para 7,9. Ou seja, está dando errado, apesar das consequências sociais e políticas desastrosas. O desemprego saiu de 4,9 em dezembro do ano passado e já há previsão de chegar a perto de 9% ao fim do ano. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mostra que a massa salarial real habitual (sem o 13º salário) diminuiu 10% entre novembro do ano passado e maio deste ano.

A consequência dessa política econômica fracassada recai sobre os ombros dos trabalhadores e dos mais pobres, os que votaram em nosso governo, os que fizeram Dilma e Lula presidentes da República. São essas dezenas de milhões de brasileiros que confiaram em nós, a base social de nosso projeto vitorioso de inclusão social. É a confiança dessas pessoas que temos que reconquistar.

Isso só será possível se o governo entender a gravidade da crise, esquecer um pouco o Levy e seu samba de uma nota só do ajuste fiscal. Com isso, girar à esquerda com um programa que defenda o emprego e a renda dos trabalhadores, taxação das grandes fortunas, a legalidade democrática, a soberania nacional e os direitos humanos frente a essa ofensiva conservadora



“Presidenta Dilma, por favor, entenda que essa turma quer a sua e as nossas cabeças. A nossa “Dilma coração valente” tem que reaparecer e governar com o programa vencedor das eleições. Olhar para o seu povo. Ser a guerreira defensora dos mais pobres, defensora dos empregos”

Temos que nos associar a essas pautas que, inclusive, serão tema de uma grande Conferência Nacional, no começo de setembro, chamada pelos movimentos sociais. Isso pode reunificar nosso campo político em cima de um programa que daria ânimo e disposição para a tropa ir à luta. É hora de parar com as ilusões: a ideia ingênua de que é possível neutralizar os mercados e a mídia e, dessa maneira, apaziguar o clima de radicalização em curso no Brasil.

Presidenta Dilma, por favor, entenda que essa turma quer a sua e as nossas cabeças. A nossa “Dilma coração valente” tem que reaparecer e governar com o programa vencedor das eleições. Olhar para o seu povo. Ser a guerreira defensora dos mais pobres, defensora dos empregos.

Este é um daqueles momentos de encruzilhada da história do Brasil em que somente o povo é capaz de nos livrar do golpe em curso. Se o governo não entender a gravidade da crise e continuar no mesmo rumo, manter a mesma política econômica recessiva, ainda assim vamos continuar na trincheira contra o golpe. No entanto, infelizmente, tudo será mais difícil, principalmente a necessária mobilização popular contra o golpe e os golpistas. ★

***Lindbergh Farias** é senador da República pelo PT-RJ

Frente de esquerda

Bruno Elias*

Uma série de iniciativas do campo democrático e popular nos últimos meses tem apontado para a necessidade de uma frente política e social que polarize contra a ofensiva da direita a luta por reformas estruturais populares e por outra política econômica.

Estes debates iniciais sobre tal frente de esquerda ou democrática e popular têm reunido movimentos sociais, centrais sindicais, partidos de esquerda, intelectuais progressistas e parte da nova geração de ativistas, movimentos e coletivos que se formaram nas lutas sociais do último período.

Em meio a grande diversidade de posições e estratégias, tem sido comum o diagnóstico sobre a necessidade de enfrentamento ao avanço conservador e de ocupar as ruas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, contra o ajuste fiscal e por reformas estruturais, como as reformas política, urbana e agrária, a reforma tributária e a democratização dos meios de comunicação.

Esta unidade popular se faz ainda mais necessária diante do avanço da direita em âmbito internacional, na América Latina e no Brasil. A escalada de conflitos diplomáticos e militares em várias regiões do mundo, a disputa geopolítica entre os BRICS e os países centrais do capitalismo e os desdobramentos da crise econômica evidenciam a centralidade da luta contra o imperialismo e contra o domínio do capital financeiro sobre as economias nacionais – um dos motivos, aliás, pelo qual o exemplo de resistência do povo grego à política de austeridade da “troika” europeia deve nos inspirar a todos.

Na América Latina, a direita tem operado a partir de novos e antigos repertórios uma contraofensiva às mudanças realizadas pelas forças progressistas e de esquerda da região, articulando o poder econômico e midiático, a força que ainda exibem em vários centros de poder do Estado – como no judiciário, no ministério público, no aparato policial, no legislativo e nos governos locais – e mobilizações nas ruas e na internet. Derrotados eleitoral-



mente, estes setores têm estimulado desde a desestabilização política e econômica até golpes judiciais e parlamentares contra os governos constitucionalmente eleitos pelo voto popular.

No Brasil, o último período também têm sido de acirramento da luta de classes e de entrada em cena de novos personagens, à esquerda e à direita. A aparente – e apenas aparente – política de “paz e amor” de outrora deu lugar a uma postura de conflito aberto do grande capital contra a ampliação dos direitos e da participação dos trabalhadores na economia nacional e na disputa do fundo público.

Atacando em todas as frentes, o campo conservador tem realinhado sua ação política, disputando de maneira mais articulada as urnas, as ruas e as redes. A partir do poder econômico, da mídia oligopolizada e de posições relevantes no Estado brasileiro, a direita tem incidido nas manifestações de rua, nas decisões do Congresso Nacional, na defesa de um programa econômico conservador e numa disputa de valores que eviscera o ódio de classe, o conservadorismo religioso, a misoginia, o racismo, a violência homofóbica, os preconceitos regionais e a criminalização da juventude.

Por outro lado, a classe trabalhadora e parte da esquerda política e social busca saídas e resiste. Dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) já apontavam o ano de 2012 como o de o maior número de greves dos últimos 16 anos. No mesmo período, marchas e mobilizações em defesa das liberdades e dos direitos das mulheres, das LGBTs, das negras e negros e da juventude inovavam em formas de organização e ação política.

Mesmo nas jornadas de junho e julho de 2013, em meio a polifonia de reivindicações e setores da sociedade mobilizados, o recado das ruas disputado com a direita também apontava para a necessidade de acelerarmos reformas políticas e sociais que atendessem as necessidades populares por mais direitos, serviços públicos e mudanças estruturais.

Nas eleições presidenciais de 2014, essa polarização se acentuaria e especialmente na dura disputa do segundo turno, a mobilização de amplos setores democráticos, progressistas e dos movimentos sociais seria decisiva para a reeleição de Dilma e para o compromisso da sua candidatura com um conjunto de pautas reivindicadas

é pra lutar



pela esquerda, como uma reforma política com participação popular, a regulação dos meios de comunicação, a defesa da Petrobras, dos bancos públicos e dos direitos trabalhistas, a criminalização da homofobia, o fim dos autos de resistência, entre outras.

Passadas as eleições, a oposição de direita passa a questionar nos palanques e nas barras dos tribunais a legitimidade do governo reeleito ao mesmo tempo em que a opção por uma equipe econômica conservadora e um ajuste fiscal de caráter recessivo coloca o governo da presidenta Dilma em contradição com a mobilização e o programa vitoriosos das urnas.

A insatisfação de setores médios e da elite brasileira é dirigida para a realização de manifestações de rua nos meses de março (15) e abril (12) de 2015, num momento em que a popularidade do governo entra em uma trajetória de queda que acompanha a percepção das dificuldades econômicas pela população em geral.

No Congresso Nacional, a maioria conservadora avança contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais dos últimos anos. Liderada pelo presidente da casa, o deputado Eduardo Cunha, esta maioria aprova em um curto período de

tempo na Câmara dos Deputados retrocessos como o PL de Terceirização, a contrarreforma política com constitucionalização do financiamento empresarial e a redução da maioria penal. No Senado, propostas de desmonte do sistema de partilha do Pré-Sal e da participação da Petrobras em sua exploração são apoiadas sem cerimônia pela oposição de direita e setores da base do governo.

Em clara violação de garantias constitucionais, investidas seletivas do poder judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal quando possibilitam desgastar o governo e criminalizar o PT são turbinadas pela mídia oligopolizada, mas convenientemente esquecidas quando atingem a oposição conservadora ou o “andar de cima”. Parte da direita perdeu antigos pudores e passa a defender abertamente a quebra da legalidade e o impedimento da presidenta.

É diante deste quadro de crise política e econômica que o debate sobre uma frente do campo democrático e popular deve ser encarado. Mas ao contrário do que sugere editoriais da grande mídia assimilados como verdades por alguns setores de esquerda, a defesa de uma frente política não tem sido tratada com propósitos eleitorais

ou como expediente de sustentação do governo ou do PT.

Uma frente democrática e popular para enfrentar os desafios do nosso tempo deve dialogar com o acúmulo histórico das lutas do nosso povo. Nesse sentido é importante revisitarmos a experiência do Fórum Nacional de Lutas, que na década de 1990 articulou movimentos sociais e partidos de esquerda em importantes lutas e marchas nacionais contras as privatizações, contra a ALCA e os governos neoliberais do período.

A partir de 2003, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) também cumpriu papel importante na articulação da luta popular e no enfrentamento à direita durante a crise política de 2005. De igual modo, campanhas como a do Plebiscito da Constituinte contribuíram decisivamente para furar o cerco das classes dominantes ao debate de uma reforma popular do sistema político e outras mudanças estruturais.

Nesse sentido, a indispensável autonomia dos movimentos sociais em relação aos governos não pode servir de pretexto para demarcações de protagonismo que não servem à unidade que de fato interessa, que é a unidade na luta concreta dos trabalhadores e dos setores populares.

É fato que nenhum movimento ou partido político conseguirá sozinho impulsionar a retomada da luta de massas no país e uma plataforma de reformas populares. Nesta tarefa, será preciso contar com a presença de setores democráticos e progressistas, da oposição de esquerda e das forças políticas e sociais – incluído o petismo – que disputam à esquerda os rumos dos governos progressistas iniciados em 2003 no Brasil.

As recentes mobilizações impulsionadas pelas centrais sindicais, em particular pela Central Única dos Trabalhadores, e pelos movimentos sociais do campo e da cidade nos meses de março, abril e maio apontam que os caminhos da unidade do campo democrático e popular e de uma futura frente de esquerda serão construído nas ruas e no calor das lutas sociais. ★

*Bruno Elias é secretário nacional de movimentos populares do PT

Manifesto Brasil

Página 13 publica a seguir a íntegra do Manifesto divulgado por no dia 1 de julho e assinado por militantes de movimentos populares, sindicais, pastorais e partidos políticos

1. Não aceitaremos a quebra da legalidade democrática, sob que pretexto for.

2. O povo brasileiro foi às urnas e escolheu, para um mandato de quatro anos, a presidenta da República, 27 governadores de estado, os deputados e deputadas que compõem a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, assim como elegeu para um mandato de 8 anos 1/3 do Senado Federal. Os inconformados com o resultado das eleições ou com as ações dos mandatos recém-nomeados têm todo o direito de fazer oposição, manifestar-se e lançar mão de todos os recursos previstos em lei. Mas consideramos inaceitável e nos insurgimos contra as reiteradas tentativas de setores da oposição e do oligopólio da mídia, que buscam criar, através de procedimentos ilegais, pretextos artificiais para a interrupção da legalidade democrática.

3. O povo brasileiro escolheu, em 1993, manter o presidencialismo. Desde então, a relação entre o presidente da República e o Congresso Nacional já passou por diversas fases. Mas nunca se viu o que se está vendo agora: a tentativa, por parte do presidente da Câmara dos Deputados, às vezes em conluio com o presidente do Senado, de usurpar os poderes presidenciais e impor, ao país, uma pauta conservadora que não foi a vitoriosa nas eleições de 2014. Contra esta coalizão eventual que no momento prevalece no Congresso Nacional – disposta a aprovar uma reforma política conservadora, a redução da maioria penal, a violação da CLT via aprovação do PL 4330, a alteração na Lei da Partilha, dentre tantas outras medidas – convocamos o povo brasileiro a manifestar-se, a pressionar os legisladores, para que respeitem os direitos das verdadeiras maiorias, a democracia, os direitos sociais,

os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, os direitos humanos, os direitos das mulheres, da juventude, dos negros e negras, dos LGBTT, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, o direito ao bem-estar, ao desenvolvimento e à soberania nacional.

4. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece a separação e o equilíbrio entre os poderes. Os poderes Executivo e Legislativo são submetidos regularmente ao crivo popular. Mas só recentemente o poder Judiciário começou a experimentar formas ainda muito tímidas de supervisão, e basicamente pelos seus próprios integrantes. E esta supervisão vem demonstrando o que todos sabíamos desde há muito: a corrupção, o nepotismo, a arbitrariedade e os altos salários são pragas que também afetam o Poder Judiciário, assim como o Ministério Público. O mais grave, contudo, é a disposição que setores do Judiciário e do Ministério Público vem crescentemente demonstrando, de querer substituir o papel dos outros poderes, assumir papel de Polícia e desrespeitar a Constituição. Convocamos todos os setores democráticos a reafirmar as liberdades constitucio-

nais básicas, entre as quais a de que ninguém será considerado culpado sem devido julgamento: justiça sim, justiceiros não!

5. A Constituição Brasileira de 1988 proíbe o monopólio na Comunicação. Apesar disso, os meios de comunicação no Brasil são controlados por um oligopólio. Contra este pequeno número de empresas de natureza familiar, que corrompe e distorce cotidianamente a verdade, a serviço dos seus interesses políticos e empresariais, chamamos os setores democráticos e populares a lutar em defesa da Lei da Mídia Democrática, que garanta a verdadeira liberdade de expressão, de comunicação e de imprensa.

6. Um consórcio entre forças políticas conservadoras, o oligopólio da mídia, setores do judiciário e da Polícia trabalha para quebrar a legalidade democrática. Aproveitam-se para isto de erros cometidos por setores democráticos e populares, entre os quais aqueles cometidos pelo governo federal. Os que assinam este Manifesto não confundem as coisas: estamos na linha de frente da luta por mudanças profundas



no país, por outra política econômica, contra o ajuste fiscal e contra a corrupção. E por isto mesmo não aceitaremos nenhuma quebra da legalidade.

7. Concluímos manifestando nossa total solidariedade à luta do povo grego por soberania, democracia e bem-estar, contra as imposições do capital financeiro transnacional.

Em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras!

Em defesa dos direitos sociais do povo brasileiro!

Em defesa da democracia!

Em defesa da soberania nacional!

Em defesa das reformas estruturais e populares!

Em defesa da integração latino-americana!

Brasil, 1 de julho de 2015

A seguir, uma relação parcial das signatárias e signatários:

- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
- FUP (Federação Única dos Petroleiros)
- Grupo Diversidade Brasil (Goiânia)
- Instituto de Pesquisa e Estudos em Justiça e Cidadania - IPEJUC/RN
- Levante Popular da Juventude.
- Marcha Mundial de Mulheres
- Movimento Camponês Popular
- Movimento Cultural de Olho na Justiça - Mojus
- Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
- Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
- Movimento dos Pequenos Agricultores MPA
- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do campo - MTC BRASIL
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM)
- Movimento Negro Unificado
- Observatório da Mulher
- Observatório Justiça e Cidadania RN
- Pastorais Sociais de Santarém - Pará
- Pastoral da Juventude Rural
- Radio Comunitária Lagoa
- Refundação Comunista - DF
- SINDEPPERJ - (Sindicato dos Empregados em Previdência Privada do Estado do Rio de Janeiro)
- União Brasileira de Mulheres/UBM
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
- Parlamentares
- Ana Lúcia (deputada estadual PT/SE)
- Deodato Ramalho (vereador PT Fortaleza)
- Deputado Amarildo Cruz (Campo Grande/MS)
- Dionilso Marcon (deputado federal PT RS)
- Durval Ângelo (deputado Estadual PT-MG)
- Edegar Pretto (deputado estadual PT-RS)
- Eduardo Madureira (PT) - vereador em Montes Claros - MG)
- Fernando Mineiro (Deputado Estadual PT-RN)
- Genilda Bernardes (vereadora do PT Guarulhos/SP)
- Henrique Fontana (deputado Federal do RS)
- Jean Freire (deputado estadual PT - MG)
- João Daniel (deputado federal PT-SE)
- Jussara Cony (vereadora do PCdoB em Porto Alegre)
- Margarida Salomão (deputada federal PT-MG)
- Moema Gramacho (deputada federal do PT da Bahia)
- Paulo Pimenta (Deputado Federal PT-RS, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados)
- Paulo Teixeira (deputado federal, PT-SP)
- Rogério Correia (deputado estadual PT-MG)
- Ulysses Gomes (deputado estadual PT-MG)
- Valmir Assunção (deputado federal PT-BA)
- Vicentinho (deputado federal PT-SP)
- Assinaturas individuais
- Ana Corbisier (socióloga)
- Ana Rita Esgario (ex-senadora PT/ES)
- Angela Mendes (Comitê Chico Mendes - AC)
- Anivaldo Padilha (Metodista, CPMVJ)
- Ary Vanazzi (presidente do PT -RS)
- Beatriz Cerqueira (presidenta da CUT Minas e coordenadora do Sind-UTE MG)
- Breno Altman (jornalista)
- Bruno Elias (executiva nacional do PT)
- Catiane Cinelli (Movimento de Mulheres Camponesas)
- Cida de Jesus (Presidente Estadual do PT-MG)
- Clóvis Francisco do Nascimento Filho (Fisenge)
- Conceição Oliveira (blogueira)
- Dermeval Saviani (Professor Emérito da UNICAMP e Pesquisador Emérito do CNPq)
- Fabio Konder Comparato (professor)
- Flávio Jorge (Conen)
- Fr. Luiz Carlos Susin (Secretário Geral do Fórum Mundial de Teologia e Libertação)
- Heloísa Fernandes (socióloga, professora da USP e da Escola Nacional Florestan Fernandes)
- Iriny Lopes (ex-deputada federal ex-ministra chefe da SPM e militante DH)
- Israel Fonseca Neto (petroleiro)
- Jandyra Uehara (executiva nacional da CUT)
- João Antônio de Moraes (Federação Única dos Petroleiros, CUT)
- João Pedro Stédile (militante do MST e Via Campesina)
- Jorge Mattoso
- José Maria Rangel (Coordenador da FUP)
- Kenarik Boujikian (cofundadora da Associação Juízes para a Democracia)
- Laryssa Sampaio (Levante Popular da Juventude)
- Laura Tavares (professora)
- Marco Antônio Palhares
- Mário Augusto Jakobskind (jornalista)
- Miguel do Rosário (Blogueiro - O Cafezinho)
- Nilmaria Miranda (Secretário de Governo de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania em Minas Gerais)
- Olímpio Alves dos Santos (Senge-RJ)
- Orlando Guilhon (FNDC)
- Rachel Moreno (Observatório da Mulher)
- Raimundo Bonfim (coordenador geral da Central de Movimentos Populares-SP)
- Renan Alencar (presidente da União da Juventude Socialista (UJS))
- Ricardo Gebrim (Consulta Popular)
- Roberto Amaral
- Roberto Carvalho (Ex-vice prefeito de BH/PT)
- Rodrigo Vianna (jornalista)
- Rogério Carvalho (presidente do PT/SE)
- Rogério Cezar de Cerqueira Leite
- Rui Falcão (presidente nacional do Partido dos Trabalhadores)
- Sandra Alves (Movimento Camponês Popular)
- Sergio Abreu (artista)
- Shakespeare Martins (Direção Nacional da CUT)
- Tarso Genro (militante do PT)
- Ualid Rabah (militante do Movimento Nacional Palestino no Brasil e diretor de Relações Institucionais da FEPAL - Federação Árabe Palestina do Brasil)
- Vagner Freitas de Moraes (Presidente Nacional da CUT)
- Valter Pomar (militante do PT)
- Vladimir Sacchetta (jornalista/pesquisador SP) ★

O ajuste contra a aposentadoria

Antonia Eduarda*

O nome fator previdenciário não parece nocivo e nem assustador. É bem provável que tenha sido adotado para não ser entendido. Mas, na prática e na vida real, as duas palavras tem efeito perverso e cruel sob a classe trabalhadora. Traduzindo: a regra reduz o valor pago das aposentadorias no momento de sua concessão e também retarda o pedido do benefício, faz com que se trabalhe mais e prejudica, em especial, os que começam a laborar mais cedo: os mais pobres.

O fator previdenciário vai completar 16 anos, em 26 de novembro deste ano e poderia ter se tornado menos cruel, se a presidenta Dilma Rousseff não tivesse vetado, recentemente, a mudança aprovada no Congresso Nacional. Tudo bem que a fórmula 85/95 não acabava com o fator previdenciário, mas melhora bastante a vida de pessoas que já tem tempo de contribuição avançado. Com o veto, Dilma assegurou o uso da fórmula 85/95 por pouco tempo e estendeu o prazo em cinco anos tanto para mulheres como para homens.

Na MP, a presidenta empurra para 90 para as mulheres e 95 para os homens. Pelo texto, o segurado que preencher o requisito para se aposentar por tempo de contribuição poderá abrir mão do fator previdenciário e optar pela fórmula “85/95” só até 2017, quando passará a ser acrescida em um ponto em diferentes datas, atrasando mais o acesso ao benefício.

A fórmula 85/95 significa que o trabalhador pode se aposentar, com 100% do benefício, quando a soma da idade e tempo de contribuição for 85, no caso das mulheres, e 95, no caso dos homens. O tempo mínimo de contribuição para as mulheres permanece em 30 anos e, para os homens, 35 anos.

A Medida Provisória estabelece que a fórmula para calcular a aposentadoria varia progressivamente com a expectativa de vida da população que, segundo o governo, aumenta a cada ano. As somas de idade e de tempo de contribuição previstas serão acrescidas de um ponto em diferentes datas:



- Em 1º de janeiro de 2017: 86 para mulheres e 96 para homens (acréscimo de 1 ponto na fórmula 95/85)

- Em 1º de janeiro de 2019: 87 para mulheres e 97 para homens (acréscimo de 2 pontos na fórmula 95/85)

- Em 1º de janeiro de 2020: 88 para mulheres e 98 para homens (acréscimo de 3 pontos na fórmula 95/85)

- Em 1º de janeiro de 2021: 89 para mulheres e 99 para homens (acréscimo de 4 pontos na fórmula 95/85)

- Em 1º de janeiro de 2022: 90 para mulheres e 100 para homens (acréscimo de 5 pontos na fórmula 95/85)

Os argumentos usados pelos ministros para o veto foram basicamente os mesmos de 16 anos atrás, quando o fator previdenciário foi criado, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: evitar um rombo nos cofres públicos, desequilíbrio nas contas públicas e a expectativa de vida.

Com o veto, o governo deixou escapar a oportunidade de se colocar ao lado e em defesa da classe trabalhadora. Preferiu tomar o caminho contrário aos anseios e defesa dos movimentos sociais e sindicais.

O fato é que veto foi dado e o fator previdenciário continua incorporado aos cálculos do Regime Geral da Previdência Social, causando perdas à classe trabalhadora, mesmo depois de 2003, ainda que

A classe trabalhadora cobrará do governo o fim da corrosão no valor das aposentadorias. Caberá ao governo liderado pelo PT, escolher o seu lado

preferiam bradar como “ganho” a MP ou valorizar a regra 85/95 e escamotear que ela valerá apenas por um curto período.

Mais digno seria dizer: escolhemos o caminho do ajuste fiscal. A tese da previdência, pacto social das futuras gerações com as velhas gerações, caiu. Também não se sustentam argumentos e dados como: não há o que temer pelo equilíbrio das contas previdenciárias; é fato que o sistema previdenciário não está quebrado nem falido e o problema reside não na previdência, mas na alocação dos recursos, boa parte destinada a outros programas do governo.

Expectativa

Uma nova chance pode ser dada ao governo da presidenta Dilma de se colocar ao lado da classe trabalhadora. O Plenário da Câmara aprovou, no dia 24 de junho, emenda apresentada à Medida Provisória do salário mínimo que prevê o reajuste de todos os benefícios previdenciários acima da inflação. O dispositivo foi incluído na MP 672/15, que mantém as atuais regras de reajuste do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.

Para virar lei, o texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado. Mais uma vez, a classe trabalhadora cobrará do governo o fim da corrosão no valor das aposentadorias. Caberá ao governo liderado pelo PT, escolher o seu lado. ★

*Antonia Eduarda é futura aposentada



FHC: O PAI DO FATOR

O fator previdenciário foi criado no governo neoliberal de FHC (lei 9.876/99), que já classificou aposentado de “vagabundo”, logo após a famosa reforma previdenciária de 1998 que alterou um conjunto de regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Até então, a aposentadoria integral podia ser requerida após 35 anos de trabalho ao homem, e 30 anos, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudicassem à saúde, ou a integridade física, definidas em lei. Existia também a possibilidade de aposentadoria proporcional, após 30 anos de trabalho ao homem e 25 anos à mulher, recebendo o equivalente a 70% do que seria sua aposentadoria integral.

Na época das mudanças no RGPS, no governo de FHC, o PT se posicionou contrário, liderando a oposição. As mudanças foram aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas por ele. Em 2010, o ex-presidente Lula teve a oportunidade de reverter tal medida, mas optou por não acabar com o fator.

LIVROS

O PT e a juventude



A relação do PT com a juventude, assim como da juventude com o PT sempre foi marcada por conflitos e contradições.

Este livro propicia às novas gerações de jovens petistas o contato com um conjunto de elaborações políticas e também com a trajetória de um período que conquistou importantes avanços para a organização da JPT e a compreensão do PT sobre a juventude.

Seus autores fazem parte de uma geração que protagonizou grandes embates sobre como deveria ser a relação do PT com a juventude, negou a visão instrumentalista, combateu duramente a concepção de jovem como um “problema social” e elaborou uma nova forma de construção e organização da Juventude do PT.

Em um cenário de acirramento da luta de classes e ofensiva do conservadorismo, onde a juventude é um dos principais setores em disputa, repensar a JPT e a relação do PT com a juventude mais do que nunca, continua sendo um desafio e uma responsabilidade histórica.

A ESQUERDA PRECISA DE TUA CONTRIBUIÇÃO! Campanha de arrecadação financeira

Página 13

Companheira e companheiro,

Escrevemos em nome da tendência petista Articulação de Esquerda.

Somos uma tendência que reúne petistas que defendem um programa e uma estratégia democrático-popular e socialista. Nossa visão está detalhada em vários textos, entre os quais as resoluções de nosso recente Segundo Congresso disponível em nosso site www.pagina13.org.br

Mantemos uma página eletrônica e atuamos nas chamadas redes sociais; editamos mensalmente o jornal Página 13; editamos três vezes ao ano a revista Esquerda Petista; e realizamos semestralmente uma jornada nacional de formação.

Nossos recursos são provenientes de três fontes: 1) contribuições dos/as petistas que participam ou simpatizam com a Articulação de Esquerda; 2) venda de materiais; 3)

atividades e campanhas especiais de arrecadação.

Neste momento estamos realizando uma campanha de arrecadação financeira junto a pessoas como você, que compartilham em alguma medida nossas propostas e ideais.

Caso você queira e esteja em condições, pedimos que contribua com qualquer valor. Pode ser uma única vez ou parceladamente.

Estamos a disposição para eventuais dúvidas. Abaixo nossa conta para depósito e endereço eletrônico para o envio de informações.

Desde já agradecemos pela atenção e pelo apoio.

Saudações petistas

Valter Pomar e Damarci Olivi

Pela direção nacional da Articulação de Esquerda

Conta para depósito no Banco do Brasil:

Agência 3321-9

Conta Corrente 34.297-1

Em nome de Rubens Alves da Silva

OU

Para pagar via Pag Seguro com boleto ou cartão:

www.pagina13.org.br/apresentacao/doacoes/

Dúvidas e informações:

tesouraria@pagina13.org.br

A Petrobrás corteja o mercado

Jorge Braga*

A Petrobrás apresentou no dia 29 de junho seu novo plano de negócios e gestão para a próxima meia década, de 2015 a 2019. Esse novo plano representa uma grande mudança na orientação estratégica da empresa. Esta mudança revela grandes desafios aos trabalhadores petroleiros nos próximos anos especialmente, assim como a todos aqueles brasileiros que defendem uma Petrobrás 100% pública e estatal.

Durante a década de 90, a Petrobrás viveu uma forte política de desmonte. Esquartejada, viu-se a Petromisa, a Petroquisa, a COPENE e tantas outras empresas serem repassadas ao setor privado ou extintas. Só não foi privatizada por completo devido a muita luta do povo brasileiro e dos petroleiros. A emblemática greve de 1995, onde o governo tucano chegou a enviar o exército para invadir as refinarias, até hoje é um grande símbolo da resistência e organização dos trabalhadores.

Com a vitória eleitoral de Lula em 2002, iniciou-se também um giro estratégico da empresa. Antes tratada como um dinossauro pelos neoliberais, passa a ser vista como uma importante engrenagem de uma lógica desenvolvimentista. O nível de investimento foi ampliado, assim como o número de trabalhadores em seu efetivo.

Esse processo de desenvolvimento acelerado foi aprofundado após a descoberta do pré-sal. Neste, foi feita a opção de se viabilizar a produção o mais rápido possível, para que com este fluxo de caixa pudesse realizar grandes investimentos, tanto na empresa quanto na educação e saúde do país.

O novo plano de gestão da empresa apresenta uma linha completamente diferente dos planos anteriores. Antes, as prioridades apresentadas estavam no campo da produção, da inovação, da integração entre unidades, a apresentação da Petrobrás enquanto empresa da área de energia. O novo plano de negócios altera as prioridades, colocando como missão principal a alavancagem, a rentabilidade, a valorização das ações. A primeira vista, assemelha-se mais a um banco que a uma empresa do ramo produtivo.

Desde a eleição dos novos membros do conselho já havia ficado clara a mudança de foco da Petrobrás. O novo conselho é formado por agentes de mercado, envolvidos com outras grandes empresas e grandes bancos. Anteriormente era composto por membros ligados ao governo, como secretários executivos de ministérios e os próprios ministros de Minas e Energia e da Fazenda. Atualmente, o único membro do conselho comprometido com uma visão estratégica da Petrobrás de fortalecimento da soberania e do desenvolvimento nacional é o conselheiro eleito pelos trabalhadores. O novo plano de negócios apenas reflete essa nova composição.

Chama atenção o nível do corte de investimentos previstos e o abandono de projetos antes considerados importantes para o fortalecimento da empresa. Foi revista a construção de novas refinarias como o trem 2 do COMPERJ, as refinarias Premium do Maranhão e do Ceará, assim como paralisada e abandonada as obras das FAFENs de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul e Uberaba em Minas Gerais. Tais cortes reforçam a visão de que a Petrobrás será uma exportadora de óleo cru, deixando de refinar o óleo em território nacional, deixando de gerar empregos e rendas no Brasil e fortalecendo a visão de sermos um país exportador de matérias primas.

Além dos cortes chama também atenção a mudança da política de preços ao mercado brasileiro. Antes a política era de conter as flutuações do mercado internacional, não sujeitando os preços no mercado interno às flutuações internacionais. Desta forma, sujeita a política de preços à variação do câmbio e da demanda externa, trazendo uma série de incertezas sobre o preço local dos combustíveis.

Diante desse realinhamento, é evidente também o descaso que a nova direção da empresa tem com seus empregados. Em vez de esclarecer as situações e garantir as condições de trabalho, as declarações dadas pelo presidente e sua diretoria criam um clima de instabilidade que influencia negativamente nas rotinas dos trabalhadores. Além da criação de programas de aposentadoria com grande alcance sem que tenha reposição de efetivo em contrapartida.



O novo plano de negócios abre um período nebuloso na história da Petrobrás e sua relação com os trabalhadores. Estes terão muitas lutas pela frente para garantir seus empregos, seus direitos, a continuidade de uma política de investimentos da Petrobrás e a política de conteúdo nacional. Tudo isto juntamente com a luta pela manutenção do partilha, contra os diversos projetos de lei que visam reduzir o papel da Petrobrás no pré-sal e abrir o país para empresas estrangeiras.

Mais do que nunca a unidade dos trabalhadores se torna necessária e isso só será possível com a superação da fragmentação atual da categoria e do amadurecimento das federações para que estas possam superar a diferença e assumir uma luta conjunta. Garantir a continuidade de um projeto de Petrobrás voltada para o desenvolvimento soberano e produtivo do país dependerá, em grande parte, da união dos trabalhadores petroleiros e da sua disposição para a luta. ★

*Jorge Braga é petroleiro e militante do Partido dos Trabalhadores

O “parlamentarismo” da direita

Wander Flanco Jr.*

Os seis primeiros meses da 55ª Legislatura (2015-2019) são prova cabal de que a história não é linear, de que não caminhamos em curso progressivo em direção ao futuro. Esse período atesta o caráter dinâmico da história, constituída de movimentos, discontinuidades, fluxos e refluxos, avanços e retrocessos.

A composição desta legislatura, emergida das urnas em 2014, já aponta para as sérias dificuldades que seriam enfrentadas para o avanço da democracia, dos direitos humanos e da justiça social no Brasil, exatamente pelo perfil ainda mais conservador dos parlamentares eleitos. O aumento da fragmentação partidária e da presença das bancadas da bala, do boi e da bíblia, a famigerada bancada BBB, são estruturantes desse momento de ofensiva contra os direitos de cidadania.

O cenário que já era ruim foi agravado ainda mais pela eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara, com 267 votos, contra 136 do candidato petista, Arlindo Chinaglia. Sem entrar no mérito das articulações espúrias e da forma como Cunha conquistou maioria na Casa, pode-se resumir que sua vitória é uma demonstração do forte sentimento anti-PT que grassa hoje no parlamento.

Munido de uma agenda conservadora e com um estilo ditatorial de conduzir os trabalhos, Cunha passou a protagonizar um processo de desconstituição do PT como força política, de desconstrução de direitos e de desmonte da “Constituição Cidadã” de 1988.

Respalado pelo “bloco” de partidos que o elegeram e o apoiam, ele passou a ter plenos poderes em indicações de espaços estratégicos. Foi assim, na composição da presidência e da relatoria da CPI da Petrobras, criada com único objetivo de servir de palco para acusar o PT de partido mais corrupto do Brasil e de desgastar a imagem da legenda junto à opinião pública. A apuração seletiva da CPI é tão escancarada, que levou o deputado Júlio

Protagonismo parlamentar chefiado por Cunha retrocede em direitos e ameaça a democracia

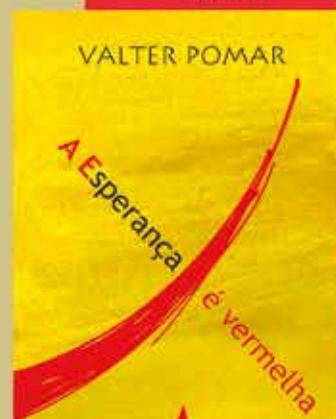
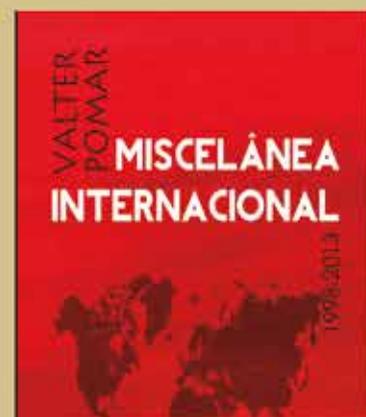
Delgado (PSB), hoje oposição, a denunciar as manipulações combinadas entre PMDB, PSDB e DEM, para impedir que seus partidos sejam investigados e para atacar somente o PT.

O episódio mais grotesco dessa CPI foi quando o próprio Cunha, investigado na Lava Jato, orquestrou sua ida ao colegiado. O ambiente que deveria ser de inquirir o depoente, transformou-se em espetáculo, com direito a ato de desagravo, aplausos e discursos de solidariedade ao presidente, tendo inclusive, recebido afagos do próprio líder do PT na Câmara, deputado Sibá Machado (PT-AC).

Com o objetivo de dar uma resposta à sociedade e de demonstrar o protagonismo e altivez do Legislativo, Cunha sequestrou a discussão da reforma política, criou uma Comissão Especial para analisar a PEC 352/13, elegeu o presidente e o relator de sua confiança e fez todas as articulações para ter maioria no colegiado com vistas a aprovar uma contrarreforma que garantisse o distritão e a constitucionalização do financiamento empresarial de campanha.

Insatisfeito com o relatório final proposto pelo deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), Cunha enterrou a comissão, destituiu o relator e jogou na lata do lixo mais de quatro meses de discussões, tudo para garantir que sua vontade preponderasse. De forma totalmente arbitrária, designou o presidente da Comissão Especial, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), para ser o novo relator da matéria direto em Plenário, exatamente pela afinidade que tinham em relação ao modelo de sistema eleitoral distritão. Nas votações, o Plenário derrotou o distritão e manteve o atual sistema proporcional de lista aberta.

Mas esse não era o principal ponto da reforma em que o Cunha tinha interesse. Conhecido e reconhecido por ter relações umbilicais com financiadores de campanha e por ser um dos parlamentares que mais arrecadam recursos empresariais na eleição, Cunha queria mesmo era constitucionalizar o financiamento empresarial.



A compra destes livros pode ser feita na www.pagina13.org.br

Página 13

O financiamento empresarial para partidos e candidatos chegou a ser rejeitado pelo Plenário, mas revoltado com a derrota, Cunha fez uma manobra, quebrou o acordo de líderes e voltou atrás com a votação no dia seguinte, quando conseguiu aprovar o financiamento empresarial somente para partidos, o que sem dúvida, representa uma derrota para os movimentos democráticos e populares que lutaram por uma reforma política que pudesse aprofundar a democracia e reduzir o peso do poder econômico nas eleições.

Das mudanças cosméticas promovidas pela contrarreforma política do Cunha e seus asseclas, e das derrotas do campo democrático e popular, destaca-se a rejeição pelo Plenário da cota de 10% das vagas para as mulheres na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. O que mais impressiona é que a reserva de vagas seria progressiva, começando com 10%, percentual próximo ao que elas já possuem hoje no parlamento, chegando a 15% daqui a três legislaturas, o que pode ser considerado um patamar tímido perto dos 30% da proposta original e dos 50% propostos pelo PT.

A agenda negativa capitaneada por Cunha não para por aí. O amplo processo de cassação de direitos historicamente constituídos inclui, por exemplo, a aprovação do PL 4330/04, que precariza as relações trabalhistas ao ampliar a terceirização e a subcontratação de serviços, inclusive, para as atividades-fim das empresas.

O processo de discussão e de aprovação dessa matéria, talvez tenha sido um dos poucos momentos de embate político positivo para o PT, pois foi quando o partido teve a oportunidade de sair das cordas e de defender bandeiras históricas do petismo e da classe trabalhadora.

Infelizmente, todo o capital político angariado na resistência e na disputa promovida contra o PL 4330 foi destituído, logo em seguida, pela adesão do partido à agenda do Ajuste Fiscal, promovido pelo governo da presidenta Dilma, principalmente, no voto majoritário da bancada petista nas MPs 664 e 665. A bancada foi pressionada por ministros do governo e emparedada pelo PMDB, que fez enorme pressão, ao justificar de que seu voto favorável às MPs só estaria garantido a partir do apoio do PT às matérias.

O ajuste fiscal se transformou numa verdadeira armadilha para o PT que foi diuturnamente acusado pela oposição - a

mesma que dia antes chancelou a terceirização – de trair os trabalhadores e trabalhadoras, de ser favorável à retirada de direitos trabalhistas e de apoiar medidas que estavam prejudicando setores vulneráveis da sociedade. Obviamente que o discurso da oposição é oportunista e de ocasião, mas as críticas também foram desferidas por setores que são base do PT, tais como as centrais sindicais e os movimentos sociais, que eram contrários a aprovação das MPs. De forma absolutamente maquiavélica, o PMDB transformou uma pauta de interesse do governo em um instrumento de fragilização do PT, com a anuência do próprio PT.

Também é absolutamente questionável o voto daqueles parlamentares petistas que fecharam questão na absurda proposta de construção do “Parlashing”, obra que é promessa de campanha do Cunha e está avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão de reais, mais cara do que muitos shoppings luxuosos espalhados pelo País. Voto que é parte da estratégia e da crença de setores do partido de manter a carcomida governabilidade congressional, cada dia mais utópica, diante das movimentações do próprio PMDB de interditar o governo da presidenta Dilma e de enfraquecer o PT como força política e social.

A manobra, o golpe, a degeneração completa do processo legislativo e a demoralização do parlamento tem se tornado uma marca do presidente Cunha. As mesmas características do golpe dado quando da votação do financiamento empresarial de campanhas, voltou a se repetir com a apreciação, pelo Plenário, da PEC 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

O plenário rejeitou por insuficiência de votos a redução da maioria penal num dia, mas o despótico Cunha novamente não se deu por satisfeito, e aprovou a matéria no outro dia. Passou a madrugada inteira do

dia 30 de junho chantageando, ameaçando e trabalhando para reverter votos com o objetivo de ver uma pauta de seu interesse aprovada pelo Plenário. Mesmo com toda a resistência dos petistas e dos partidos do campo democrático e popular, Cunha e seus expedientes heterodoxos saíram vencedores. Uma derrota para o Brasil, para a juventude e os direitos humanos.

A artilharia contra o PT, o governo e as pautas progressistas são pesadas. A esquerda está visivelmente sufocada no parlamento. O PT, que ainda não aprendeu a ser minoria e governo ao mesmo tempo, assiste atônito aos golpes e se mantém submisso, muitas vezes, a chantagem e a ameaça em nome de uma suposta governabilidade.

Enquanto o PT gasta a maioria do seu tempo apagando incêndio e tentando manter unida a frágil base de sustentação do governo, Cunha disputa projetos de sociedade, um projeto conservador, autoritário, retrógrado, cerceador de direitos, mas um projeto de sociedade, que vem ganhando cada vez mais espaço e adeptos, para o arripio de quem defende a democracia e as liberdades.

Este modelo de protagonismo parlamentar chefiado por Cunha gera retrocessos em direitos, além de inquestionável ameaça à democracia. Segue a passos largos a marcha do obscurantismo e do ódio. A esquerda e o PT resistem de algum modo para evitar a ascensão cada vez maior da pauta conservadora, mas até agora sem força suficiente para derrotá-la. É preciso sair deste enredo macabro e articular o mais rápido possível uma frente ampla de esquerda que possa dar respostas à altura a esta ofensiva que põe em risco todas os avanços conquistados no Brasil desde a redemocratização do País. ★

*Wander Flanco Jr. é jogador de handebol.



O segundo semestre no Senado

*Olavo Carneiro**

No próximo dia 17 de julho se inicia o recesso parlamentar no Senado Federal com retorno dia 3 de agosto. Os acontecimentos, temas e pautas mais relevantes do semestre foram: as MP's do ajuste fiscal; a criação da Frente Progressista (ver pagina 13 de maio); a terceirização; o Pacto Federativo; mudança de marco legal de exploração do petróleo; alteração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); propostas de reforma política; política de valorização do salário mínimo.

Sobre ajuste fiscal é bom recuperar que o pacote é composto pelas MP's 664, 665 e a MP 669 (desoneração da folha de pagamentos) que após devolução de Renan Calheiros foi reapresentada pelo governo como projeto de lei 863/2015. As duas primeiras que mexem em direitos dos trabalhadores já foram votadas e sancionadas, a ultima que trata de interesses patronais ainda está em tramitação.

No bojo dos debates das MP's 664 e 665 que gerou reação e oposição das centrais sindicais e de senadores progressistas, o governo editou a MP 675 que aumenta a alíquota do CSLL para as instituições financeiras, mesmo contra a vontade neoliberal do ministro Levy. Essa MP concluirá tramitação em outubro aproximadamente.

Do ponto de vista da economia o PL 863 e a MP 675 despontam como principais matérias legislativas para o segundo semestre. A MP 672 sobre a política de valorização do salário mínimo provavelmente estará aprovada e sancionada quando da circulação dessa edição do Pagina 13.

Após aprovação na Câmara dos Deputados o PL 4330 que permite terceirização ampla e irrestrita chegou à Câmara Alta brasileira como PLC 30/2015. Essa pauta demandará muita atenção dos trabalhadores e parlamentares, pois as organizações patronais capitaneadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) está a todo vapor no lobby pela aprovação do projeto.

O lobby passa por reuniões com parlamentares e cafês para assessorias dos senadores. Nesse ultimo caso estão previstos

Após a aproximação entre Renan e Jose Serra assistiu-se a inauguração da ofensiva do grande capital no Senado Federal



três cafês “temáticos”, onde o primeiro com representantes do setor produtivo (realizado dia 03/07), um segundo com foco em argumentos jurídicos e terceiro com acadêmicos. As entidades laborais e as forças comprometidas com os trabalhadores precisam organizar um movimento de disputa de contra hegemonia nas bases, no seio das classes trabalhadoras. É nesse terreno que se jogará boa parte da batalha.

Difícil prever os desdobramentos do movimento do presidente Renan Calheiros acerca do que ele mesmo denominou Pacto Federativo. Ele promoveu encontros com governadores e prefeitos em torno de demandas dos entes federativos por mais recursos em oposição a concentração de arrecadação no governo central. Esse movimento buscou dar um protagonismo ao presidente Renan e inaugurou uma aproximação dele com José Serra. Mas o avanço de matérias nessa seara é das mais complicadas no parlamento vide a complexa teia de interesses entre entes, estados, regiões.

Após essa aproximação entre Renan e Jose Serra assistiu-se a inauguração da ofensiva do grande capital no Senado Federal com o PLS 131/2015 do tucano que altera marcos legal da exploração do petróleo brasileiro. O projeto se tornou de tramitação urgente. A proposta, ao mexer na condição de operadora única da Petrobras e na obrigatoriedade de participação da mesma nas explorações, é uma antessala para alteração do modelo de partilha com sérios

impactos na conversão de uma riqueza natural em benefícios para toda a população. No momento de escrita desse artigo os parlamentares da Frente Progressista estavam trabalhando para a retirada da urgência. O mais provável é que a matéria não tenha sido votada no Plenário do Senado ficando para o segundo semestre.

Enquanto a pauta conservadora ganhou projeção com as proposições e manobras de Eduardo Cunha na Câmara, algumas iniciativas prosperaram sem maior alarde no Senado. Maior exemplo é o PLS 333/2015 de Jose Serra que altera o ECA, que na pratica segue a linha de criminalização da juventude com a ampliação de internação e a criação de um regime especial totalmente impreciso. O pior é que a proposição passou a contar com o apoio do governo como se pudesse neutralizar a sanha justiceira que predomina na Câmara dos Deputados. Incrivelmente Renan Calheiros deu um freio ao defender uma Comissão Especial para analisar a matéria e propostas afins, ao mesmo tempo em que os senadores Lindbergh Farias, Randolfe e Magno Malta apresentaram requerimento solicitando a formação de tal Comissão. Até o fechamento do artigo o quadro estava indefinido a respeito do projeto.

Uma análise sobre as propostas de reforma política ficará para texto futuro, e demandará atenção com os movimentos da Câmara e as disputas partidárias. ★

*Olavo Carneiro é militante do PT-RJ

Repressão no lugar de avanço

Jerry de Oliveira*

Chegamos na metade do 13º ano de governo do Partido dos Trabalhadores. Se muitos conseguem visualizar avanços neste período, o movimento de radiodifusão comunitária só tem visto retrocesso.

Desde a primeira emissora criminalizada na era Lula, em janeiro de 2003, já são mais de 28 mil criminalizados e 15 mil processos arquivados junto ao Ministério das Comunicações. Foi o segmento que mais retrocedeu nos últimos 10 anos, para atender os acordos da governabilidade com ministros das comunicações indicados pelo monopólio, se utilizando da estrutura para a política de troca de favores com a base aliada, não alterando em nada a velha cultura do é dando que se recebe.

Segundo pesquisa de Venício Lima e Cristiano Aguiar Lopes -- “rádios comunitárias, coronelismo eletrônico” -- 53% das concessões de emissoras de rádios no governo Lula serviram para atender os interesses de sua base aliada no congresso. Até o início do Governo Dilma, quem decidia as localidades contempladas nos avisos de habilitação era a base aliada: cada parlamentar poderia indicar duas localidades de sua base de atuação.

Na era Dilma a situação ficou pior ainda. Com a criação do departamento de radiodifusão comunitária parecia que algo deveria mudar. Muito pelo contrário, a demanda foi de extermínio puro e simples, com o aumento da repressão e o castigo daqueles que estavam criminalizados com o arquivamento sumário dos processos, ou seja, qualquer cidadão que ousasse colocar uma rádio no ar para pressionar o governo e fosse reprimido por não possuir licença recebia como prêmio o arquivamento sumário do processo.

Para legitimar ainda mais o processo de extermínio foi publicada em 2011 a portaria 01/2011, que burocratizou ainda mais os procedimentos de outorgas, inclusive institucionalizando a repressão, com o absurdo da comprovação de atestado de antecedentes criminais dos dirigentes, ou seja, estava sepultada a esperança dos 30 mil criminalizados que colocaram suas emissoras no ar antes das autorizações, que demoravam em média 10 anos para ser concedidas.



Para se entender como demoram tanto as autorizações do Estado para concessão de rádios comunitárias, é preciso entender como se deu o processo de esvaziamento deste ministério ainda nos anos 90, durante o governo neoliberal de FHC. A criação da Anatel e a política empresarial do monopólio, de evitar a regulação do setor, a privatização das teles e a interferência das empresas privadas para evitar que os meios de comunicação possam ser regulados ou até mesmo fiscalizados pelo poder concedente foram determinantes. Isso fez com que o departamento de outorgas ficasse reduzido a apenas 16 funcionários para analisar 20 mil pedidos de outorgas e, mais do que isso, o Departamento de Controle e Avaliação (que analisa os conteúdos produzidos pelas emissoras) praticamente ficou inoperante, deixando que o deus mercado e o monopólio realizassem por contra própria sua autorregulação. Neste período as concessões foram trocadas de mãos e sequer o ministério das comunicações teve forças para impedir as megafusões de corporações de mídia e o crescimento das rádios de organizações religiosas, que foram concedidas para laranjas das igrejas e de empresários do setor.

Neste caso, afirmamos que a política do ministério das comunicações fora ditada pelo setor privado, que em muitos casos mais parecia escritório ou subsele da ABERT do que um Ministério que tinha como função desenvolver políticas públicas e controle sobre os meios de comunicação. Fica evidente neste caso o atrelamento dos governos Lula e Dilma ao projeto ne-

oliberal dos anos 90 e a total terceirização do Ministério das Comunicações ao setor privado.

Diante disso a repressão se tornou mais violenta, mais cruel e muito mais organizada. Empresas formadas por ex-agentes da Anatel eram organizadas para rastrear e denunciar emissoras sem autorização, tendo entre seus clientes as emissoras comerciais de rádio. Escritórios de advocacia especializados foram criados para garantir doutrinas e jurisprudência para convencer juizes e promotores para o extermínio. A própria agência reguladora treinou 500 agentes e um departamento de combate à radiodifusão clandestina, para materializar e otimizar a repressão: uma verdadeira OBAN fora criada para a manutenção do monopólio da comunicação em plena “democracia”.

A resistência

A resistência ainda persiste. Desenvolvemos antenas que dificultam o rastreamento, continuamos fabricando transmissores, temos um sistema que rastreia e informa os comunicadores quando a Anatel e a repressão se prepara para novas investidas e também estamos desafiando o poder judiciário politicamente, como fizemos no ato de pagamento com moedas no Fórum da Justiça Federal em Campinas.

O movimento de radiodifusão comunitária se prepara para ir às ruas junto com os movimentos sociais pela democratização da comunicação e com uma bandeira com real corte de classe, que é o fim da propriedade privada da comunicação. Nosso passo agora é formar e capacitar nosso 500 mil comunicadores para este desafio. Não é pouca a tarefa que temos pela frente, pois acreditamos que a repressão se dará de forma mais violenta. Quanto mais uma transformação é necessária, mais ela é negada.

Cabe agora aos movimentos sociais organizados se engajar nesta resistência. Uma nova desobediência civil se aproxima para dar voz aos que sempre foram excluídos da comunicação social no Brasil. ★

*Jerry de Oliveira é do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias e Rádio Comunitária Noroeste FM Campinas

Greve nas federais: “pátria educadora”?!

*Marcos Piccin**

Até o momento são 37 instituições de ensino superior em greve no país, deflagrada desde 28 de maio passado, com possibilidade desse número aumentar devido às novas rodadas de assembleias locais. Dentre os principais pontos de reivindicação estão: a) a revogação da legislação que autoriza a contratação de docentes por Organização Social, que significa contratar professores sem concurso público, instituindo a terceirização; b) liberação pelo MEC de vagas de docentes para realização de concursos públicos; c) garantia dos recursos adequados para custeio e investimento como forma de garantir qualidade à expansão realizada pelo Reuni; d) reestruturação da carreira; e) valorização salarial da categoria.

Os pontos de reivindicação não são novos; o que coloca, obrigatoriamente, a questão de haver algum sentido no lema inaugurado pelo segundo governo Dilma.

Três elementos me parecem fundamentais para se entender a conjuntura da universidade pública e os desafios do movimento grevista.

O primeiro, e mais óbvio, é o ajuste fiscal, não só porque fez do MEC o ministério mais atingido, com um corte de mais de 7 bilhões, mas pela agenda global do governo que passa a ser ditada por uma política econômica recessiva e de ataque aos direitos da classe trabalhadora, semelhante ao vivenciado no segundo governo FHC. O que significa que a possibilidade de vitória, mesmo que parcial, da pauta grevista dependa da derrota da linha global da política econômica e a reorientação do Governo a partir do que a própria candidata representou em período de campanha.

O segundo elemento importante é a visão empresarial da educação que parece ser hegemônica no Governo. Isso se dá não somente por eleger e estimular o produtivismo acadêmico como centro da avaliação do ensino superior, em detrimento de outros aspectos estruturantes, como a extensão, mas por apostar na ampliação da rede privada via financiamento público, como é o PROUNI; o valor aí gasto corresponde ao

valor de investimento – não considerando o custeio – nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Esses dois primeiros fatores colocam a universidade pública frente a uma conjuntura semelhante àquela vivenciada durante o segundo governo FHC: cortes de recursos de custeio e investimento, estímulo à expansão da rede privada, cobrança de taxas, desvalorização salarial dos técnicos administrativos e docentes, etc. Se tomarmos como exemplo a reivindicação salarial, somente no segundo Governo Lula houve a maior reposição para essas categorias; vale lembrar: quando se alterou a linha política e econômica global que orientava o Governo. Mesmo assim, isso não foi suficiente nem para repor as perdas com a inflação acumulada. Se tomarmos como ano base 1998, desde então, o início de carreira na categoria com o título de doutor acumula uma perda real de remuneração, já descontadas a inflação, de 8,7%! Ou seja, em termos reais, se ganhava mais em 1998 do que agora (Valores disponíveis no estudo realizado por Pierre Lucena, em: <http://acertodecontas.blog.br/economia/professores-das-ifes-ganham-menos-do-que-no-governo-fhc/>).

Somente os pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada e do Ministério de Ciência e Tecnologia tiveram um aumento real em suas remunerações de 74,62% e 63,83%, respectivamente. O compromisso pactuado no segundo gover-

no Lula de equiparar as categorias citadas e conferir um aumento emergencial de 4% aos docentes, não foi mantido pelo governo Dilma. A proposta de reposição salarial que o Governo fez aos docentes em greve no final deste mês de junho é desavergonhada, porque nem repõe a inflação do período e faz acumular ainda mais uma perda real de valor de salário.

O terceiro elemento é a conjuntura externa e a interna no país. O recrudescimento do pensamento de direita e de políticas de austeridade colocam o desafio aos grevistas de fazer o governo Dilma dar um cavalo de pau na economia sem, contudo, contribuir com o movimento golpista/fascista que se assanha para aniquilar o Governo. O que já está mal, pode piorar. E parece ser óbvio que isto dependerá do grau de mobilização que outros setores da classe trabalhadora empreenderem. Caso contrário serão poucas as chances de vermos, mesmo parcialmente, as pautas da greve das universidades federais atendidas.

Dito em outras palavras, o próprio movimento de greve e mobilização da classe pode salvar o Governo. Mas é preciso que o próprio Governo ajude nesse sentido e volte a dialogar com os setores populares. Isso exige abandonar essa transferência de recursos da população para especulador, que é o que representa esse ajuste. ★

***Marcos Botton Piccin** é professor



Preparando o Concut

Jandyra Uehara*

O processo congressual iniciado pela CUT em março está sendo construído buscando uma forte articulação entre os debates tradicionais do temário (conjuntura, balanço, estratégia, plano de lutas, estatuto e eleição das direções e conselhos fiscais) com as lutas e mobilizações que visam fortalecer a capacidade de intervenção da classe trabalhadora organizada e dos movimentos sociais na luta de classes que se acirra de forma acelerada no nosso país.

Até agora já foram realizados congressos estaduais em sete estados - Acre, Distrito Federal, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Goiás e Paraná – em todos eles com composição de chapas únicas para direção e respeitando

a paridade de gênero, conforme deliberado no 11º Concut. Até o final de agosto estará concluída a etapa estadual do 12º Concut.

No mês de julho o embate que está posto no Congresso Nacional (no que diz respeito aos direitos da classe trabalhadora) é da manutenção da proposta da fórmula 85-95 para acesso à aposentadoria aprovada na MP 664, derrotando a progressividade proposta pelo governo através da MP 676, que na prática chegará à fórmula 90-100 em 2022, prejudicando mais uma vez os trabalhadores e as trabalhadoras, aumentando a idade e o tempo de contribuição. Para tanto, será necessário intensificar a pressão sobre deputados e senadores pela derrubada do veto ou no caso da

MP 676, mobilizar pela aprovação das emendas que excluam a progressividade.

Porém, no plano geral da luta o central é levar para as ruas e para a disputa na sociedade o enfrentamento à política econômica do governo federal comandada pelo Ministro Levy, no contexto de uma grave crise de natureza política, econômica e social, que coloca em risco as conquistas da classe trabalhadora e a democracia.

A Resolução da Executiva Nacional da CUT de 30 de junho de 2015, para além das questões apontadas neste artigo, aborda uma série de questões relevantes na conjuntura tais como: acordos comerciais bilaterais, retrocesso no modelo de partilha do Pré Sal, ⇨

RESOLUÇÕES DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT

A direção Executiva da CUT, em reunião ampliada no dia 30 de junho em São Paulo, avaliou, com renovada preocupação, os desdobramentos da crise que atinge a sociedade brasileira. É uma crise econômica e política, com graves consequências na área social e que requer da Central um posicionamento firme, nestes dois campos, para combater a restauração neoliberal e o retrocesso político promovidos pelos setores hegemônicos das classes dominantes e, ao mesmo tempo, fazer a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Para enfrentar este desafio, só temos um caminho: o da luta. Luta que deve ocupar os espaços possíveis, dos locais de trabalho às ruas, dos sindicatos às galerias e gabinetes do Congresso, dos meios de comunicação tradicionais às redes sociais.

A CUT reafirma sua posição contrária à política econômica comandada pelo Ministro Levy para combater a crise, pelo seu caráter regressivo e recessivo. Mantida a atual política macroeconômica, o país caminhará para um período longo de recessão, em que a classe trabalhadora perderá as conquistas obtidas nos últimos 12 anos e a economia brasileira ficará subordinada aos interesses hegemônicos do capital financeiro e das empresas transnacionais.

A CUT é contra a assinatura de acordos de livre comércio bilaterais seja com a União Européia, seja com os Estados Unidos - e propõe que qualquer ação governamental neste sentido passe por prévia e ampla discussão com a sociedade brasileira. A CUT se opõe, igualmente, à proposta em andamento no Congresso, elaborada pelo senador José Serra - PSDB, que prevê mudanças nas regras de partilha na exploração do petróleo para voltar ao regime de concessão e favorecer as empresas internacionais, fragilizar a Petrobrás e impedir que recursos oriundos da exploração do Pré-Sal sejam destinados à educação e ao desenvolvimento de políticas sociais. Manifesta preocupação com a política adotada pela direção da Petrobras de venda de ativos e cortes nos investimentos, que além de poder gerar desemprego direto e indireto, diminui o papel da empresa na retomada econômica necessária para a nação. Rejeita, da mesma forma, o ingresso de capital estrangeiro na área da saúde e entrará com ação de inconstitucionalidade contra o artigo 142, da Lei Federal nº 13.097 de 19/01/2015 que abre essa possibilidade.

Como alternativa à política de ajuste fiscal que vem sendo praticada pelo governo federal em nome do enfrentamento da crise econômica, a CUT está elaborando propostas para um programa econômico que defenda os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira, apontando saídas para a crise com base na retomada do crescimento e no projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Propostas que construiremos em parceria com os movimentos sociais e cujas diretrizes gerais deverão ser apresentadas na manifestação que a CUT e os movimentos sociais promoverão em Brasília, no dia 28 de julho, em frente ao Ministério da Fazenda contra a atual política econômica. Atos com o mesmo objetivo devem ser realizados nas capitais dos estados em frente aos escritórios do Banco Central.

Para a CUT, o que torna mais grave e complexo o atual momento histórico é a inter-relação entre a crise econômica e a crise política. A fragilidade do governo e de seu principal partido de sustentação abre espaço para as forças conservadoras promoverem o retrocesso no Congresso (diminuição da maioria penal, contra-reforma política, precarização das relações de trabalho) ao mesmo tempo em que os mantém reféns da arbitrariedade do poder judiciário e do ataque permanente da grande mídia. A adoção de medidas contrárias ao projeto vitorioso nas eleições, por sua vez, mina suas bases de sustentação e de apoio na sociedade.

Neste cenário, a CUT busca fortalecer sua relação com os movimentos sociais com os quais se propõe a elaborar propostas conjuntas de enfrentamento da crise. Participará do Encontro Nacional pela Constituinte da Reforma Política, previsto para os dias 3 e 4 de setembro em Belo Horizonte. Na sequência, participará ativamente da organização de uma Conferência Nacional dos Movimentos Sociais (Agenda Brasil) nos dias 5 e 6 de setembro, em Belo Horizonte, para discutir um projeto político para o país, de superação da crise e de avanço para as mudanças estruturais na sociedade brasileira. Na mesma linha, deverá organizar uma reunião com entidades populares que desenvolvem projetos de comunicação para definir uma proposta comum de abordagem dos temas e desafios da atual conjuntura.

Jandyra Uehara: "No plano geral da luta o central é levar para as ruas e para a disputa na sociedade o enfrentamento à política econômica do governo federal comandada pelo Ministro Levy"



⇒ redução de investimentos na Petrobrás, ingresso de capital estrangeiro na saúde, redução da maioria penal e agenda da classe trabalhadora no Congresso Nacional.

Desta resolução (que pode ser lida na íntegra no box) destacamos a elaboração de propostas para um programa econômico alternativo, a manifestação que a CUT e os movimentos sociais promoverão em Brasília, no dia 28 de julho, o compromisso com a construção de uma frente popular, a organização do Encontro Nacional pela Constituinte da Reforma Política, previsto para os dias 3 e 4 de setembro em Belo Horizonte e da Conferência Nacional dos Movimentos Sociais nos dias 5 e 6 de setembro, em Belo Horizonte.★

*Jandyra Uehara é dirigente da CUT



A CUT continuará a manter uma ação permanente no Congresso para impedir que sejam aprovados projetos contrários aos interesses da classe trabalhadora. A Central, que sempre lutou contra o Fator Previdenciário, aprova a fórmula 85/95 para o acesso à aposentadoria que está em vigor, fruto de nossa pressão, mas reprova a progressividade incluída na MP 676 (que chega à fórmula 90/100 em 2022), por considerar que a mesma prejudica os/as trabalhadores/as, ao aumentar a soma da idade e tempo de contribuição necessários ao acesso à aposentadoria. Afirmando a posição da Central de defesa da aplicação pura e simples da fórmula 85/95, a CUT acompanhará a tramitação das propostas que tratam desse tema (veto presidencial à incorporação da 85/95 na MP 664 e nova MP 676) pressionando os parlamentares para manter a 85/95 sem a progressividade que, além de prejudicar os/as trabalhadores/as, não resolve o problema da Previdência.

Ao mesmo tempo, a CUT propõe a realização de um seminário sobre Seguridade Social para discutir questões envolvendo o futuro da Previdência (envelhecimento da população brasileira e aumento da expectativa de vida, o emprego e a rotatividade, seguridade social e planos privados de saúde, transparência na divulgação dos devedores da Previdência, entre outras questões relevantes), com o objetivo de superar lógica contábil do governo na abordagem do tema.

A CUT considera fundamental encontrar uma solução para a perda progressiva do valor real das aposentadorias. Propõe, neste sentido, o aprofundamento da discussão com o objetivo de construir uma nova fórmula de reajuste dos benefícios da aposentadoria que leve em conta a realidade dos/as trabalhadoras aposentados/as, desvinculando-a do processo de reajuste do SM. Qualquer nova fórmula não pode colocar em risco a política de valorização do Salário Mínimo, que foi fruto da luta e negociação feita pelas centrais com o governo em 2006. Enquanto tal solução não for concretizada, a CUT se posiciona favorável ao recente reajuste das aposentadorias pelos índices de reajuste do SM.

A CUT continuará participando, com a representação das Estaduais e Ramos, das audiências públicas promovidas pela Comissão de Di-

reitos Humanos do Senado nas capitais dos estados para discutir a terceirização (PLC 30/2015), defendendo a nossa posição (Calendário: 21/07 CE, 22/07 RN, 23/07 PB, 29/07 AM, 31/07 PA).

A partir de agosto, a Central atuará junto ao Senado, demandando o arquivamento do PLC 30/2015 (terceirização) e a elaboração e votação de outro projeto que contemple as principais demandas da CUT e demais Centrais Sindicais: não à terceirização da atividade fim, reconhecimento da responsabilidade solidária da empresa contratante, a representação sindical da categoria profissional preponderante e os mesmos direitos para os/as trabalhadores/as terceirizados/as.

A CUT manifesta também sua posição contrária à medida que defende a redução da maioria penal e à PEC 18, que reduz a idade de ingresso no mercado de trabalho para 14 anos. A proposta contraria Convenções 138 e 182 da OIT que regulam o tema e das quais o Brasil é signatário. Saudamos o resultado da primeira votação na Câmara dos Deputados, realizada em 30 de junho, que barrou a proposta de redução da maioria penal. A Central repudia a manobra realizada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para aprovar, no dia seguinte, nova proposta de redução da maioria penal.

Não aceitaremos que o comportamento despótico do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, imponha aos trabalhadores um agenda de retirada de direitos e de retrocesso. Neste sentido, apresentaremos aos parlamentares uma Agenda Legislativa construída a partir da pauta da classe trabalhadora, indicando quais projetos representam avanço nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as e têm total apoio da Central. Trabalharemos para que temas como o combate à rotatividade, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o fim do fator previdenciário e uma regulamentação da terceirização, que imponha limites à terceirização, avancem dentro do Congresso.

Por último, manifestamos solidariedade e total apoio às categorias que realizam campanha salarial no segundo semestre, em especial os servidores públicos federais.★

FALA LEÃO!

Página 13 entrevistou **Hermes Silva Leão**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), que travou uma memorável batalha em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o governo autoritário do tucano Beto Richa

Página 13: Terminada a greve dos professores e funcionários de escola, qual a situação atual da educação pública no Paraná?

Leão: A educação pública no Estado do Paraná encontra-se precarizada, tanto em recursos humanos quanto em infraestrutura. Desde sua reeleição o governador Beto Richa (PSDB) passou a adotar uma metologia autoritária e completamente anti democrática. Não bastasse a violência do massacre do Centro Cívico em Curitiba no dia 29 de abril, encerrada a greve o próprio governador reforça o ataque aos servidores públicos e mais incisivamente aos educadores. Os dois episódios mais recentes referem-se a criminalização dos salários dos professores, o governador chegou ao cúmulo de utilizar valores monetários distorcidos comparando-os com o rendimento dos prefeitos, com o esforço de colocar a opinião pública contra os educadores. O outro episódio foi uma orientação estimulando o denunciamento quanto ao conteúdo ministrado por professores em sala de aula. Qualquer fala sobre a greve e sobre o governo se encaixaria como uma doutrinação ideológica “que deveria ser denunciada na ouvidoria da secretaria de educação do Paraná”. Apesar de toda esse intimidação a categoria continua mobilizada e organizada e realizando ações que mantêm viva a memória e as lutas recentes do Estado.

Na pauta defendida pela categoria, houve avanços e retrocessos? Quais?

Considerando a característica de resistência em ambas as greves, é possível afirmar: Impedimento da desestruturação das carreiras e do achatamento da tabela salarial; compromisso do governo de implementação e pagamento de promoções e progressões; garantia de acertos de direitos trabalhistas dos PSS (contratos temporários); retomada de programas e projetos educacionais que estavam suspensos, através dos quais estudantes tiveram de volta o acesso à cultura, esporte e língua estrangeira; respeito a resolução do número máximo de alunos por turma; nomeação de mais de 5.000 concursados; retomada do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) – afastamento da sala de aula



para estudos; regularização do repasse de recursos do fundo rotativo para manutenção das escolas;

Se o movimento não impediu que no fatídico 29 de abril o governo aprovasse seu projeto de reforma da previdência, o contexto da violência produziu segundo avaliações de cientistas políticos o maior desgaste de um governo na história do Paraná. Segundo pesquisas a avaliação do governo Richa que contava com mais de 80% de aprovação da sociedade, hoje não passa de 10 %.

O projeto do governo mediante o pacote de ajuste fiscal, era 0% de reajuste aos servidores em 2015/16. A lei aprovada embora não reponha as perdas inflacionárias no curto prazo garante no médio e longo prazo o zeramento de perdas, mantendo o mote do movimento “Nenhum direito a menos”.

Como você avalia, no conjunto, o movimento protagonizado pelos professores e funcionários de escola no Paraná?

Foi um movimento de vanguarda, com reconhecimento nacional e internacional. Embora não tenha impedido a aprovação do projeto de lei que reduz direitos previdenciários dos servidores, o movimento foi vitorioso ao impedir que os projetos de desmonte do serviço público, característicos de

governos neoliberais, fossem aplicados em sua integralidade.

Como você avalia a postura do governador, dos deputados estaduais, do Tribunal de Justiça do Estado e da SSP - PM no tratamento ao movimento?

A postura do governador Beto Richa tem sido marcada pelo autoritarismo. Em nenhum momento participou das mesas de negociação, e toda manifestação pública do mesmo foi sempre de ataque violento ao direito de greve dos servidores.

O movimento deslocou uma deslocação de uma parcela da base do governo na Assembleia Legislativa. De 6 deputados declaradamente de oposição, chegou-se a 21 votos contrários aos projetos do governo.

O TJ do Paraná na maioria das vezes toma decisões alinhadas com o Poder Executivo do Estado, como por exemplo penalizando os sindicatos dos servidores públicos quanto ao direito de greve

O comportamento violento das forças de segurança pública do Paraná, comandadas pelo ex-secretário Fernando Francischini, hoje deputado federal pelo Solidariedade (SD), não se combina com o estado democrático de direito. Onde a segurança pública deve proteger e prevenir a violência, jamais agir com tamanha repressão.



Como foi o relacionamento da sociedade civil, pais e alunos com o movimento?

Em pesquisas realizadas pela mídia paranaense, onde se avaliava o movimento e o governo os indicadores apontaram mais de 90% de apoio da população paranaense a greve. Desde o início a população compreendeu os objetivos do movimento pela defesa da educação pública, haja visto a manifestações nos atos públicos, nas redes sociais, doações de alimentos e agasalhos

nos acampamentos, e a receptividade na comunidade no retorno às aulas.

Foram corretos o momento e as condições sob as quais a greve foi suspensa? Quais os fatores que levaram a essa decisão?

A greve foi encerrada a partir da avaliação dos comandos regionais de greve, após amplo debate na categoria, entendeu-se que o instrumento da greve havia cum-

prido seu papel. A forte pressão por parte do Judiciário, o desconto ilegal dos salários, o comprometimento do calendário escolar e a criminalização dos salários foram fatores importantes na decisão.

Quais as perspectivas para o movimento sindical dos trabalhadores da educação para o próximo período?

A categoria mantém um alto grau de unidade e mobilização. Caso o governo descumpra os compromissos ou faça qualquer ataque a direitos, a categoria está disposta a retomar o movimento.

Os educadores e o conjunto da sociedade acompanham atentamente os desdobramentos da crise política no Estado do Paraná, também acompanha atentamente a apuração da denúncia de improbidade administrativa sobre o governador do Estado e aos envolvidos diretamente na violência sobre os servidores. A criação da Frente de Lutas 29 de Abril, que será um espaço de unidade, de luta e de defesa de direitos além de uma pauta progressista em nível estadual e nacional, é fruto desse processo de enfrentamento e resistência dos movimentos sociais. ★

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)

() R\$ 200,00
() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

Ouvir as salas de aula



*Regis Piovesan**

A nova gestão do União Nacional dos Estudantes no biênio 2015/2017 terá o desafio de atender aos anseios de uma juventude que se coloca cada vez mais em movimento, na defesa e na busca por direitos. Será preciso se colocar ao lado da juventude e dos trabalhadores, dentro e fora das universidades.

Os cortes de recursos e investimentos promovidos pelo ajuste fiscal; o recente golpe do presidente da Câmara dos Deputados na redução da maioria penal; o projeto de lei sobre as terceirizações; a retirada dos temas de gênero e diversidade sexual dos Planos Municipais de Educação são exemplos de um avanço do pensamento conservador e reacionário no país.

Para superar esse avanço conservador é preciso combinar uma tática de resistência com uma estratégia que vise fazer reformas estruturais na nossa sociedade. Nas universidades, por exemplo, tivemos uma série de iniciativas que democratizaram o acesso e mudaram a cara da universidade. Porém, esse processo não foi acompanhado de uma mudança na forma de ensino. Por isso, é necessária uma reforma universitária que traga consigo um modelo de educação que desenvolva senso crítico nos estudantes sobre o que a mídia e os setores conservadores apresentam.

Vem das salas de aula as afirmações de que o modelo de educação que temos está esgotado. Modelo este que trata o estudante como espectador e sem conhecimento próprio; que não relaciona os conteúdos de sala de aula com aquilo que este vivencia fora da universidade; que somente repassa o conhecimento, e, ainda por cima de forma fragmentada. Pode-se afirmar que em grande parte, os casos de evasão, reprovações e descontentamento com os cursos, tem relação com esse modelo de educação.

Dentro do tripé da universidade – Ensino, Pesquisa e Extensão – visualizamos que a extensão universitária não é colocada como prioridade no dia a dia, apesar de ser ela a forma mais concreta de estabelecer conexão com o que está fora do espaço acadêmico, trazendo os aspectos da realidade para dentro da universidade. É necessário que a extensão seja a forma de ligação entre a universidade e a sociedade, a teoria e a



Temos defendido que a UNE faça uma reforma em seu modelo de organização interna, acabando com o modelo presidencialista e adotando uma gestão colegiada, com a criação espaços descentralizados e abrangentes que formulem e discutam sobre os rumos da entidade.

prática, pautando o ensino e a pesquisa nas universidades.

Nesse sentido, o movimento estudantil deve estar à frente do debate da curricularização da extensão nas universidades. Iniciativas como as dos EIV's – Estágios Interdisciplinares de Vivência; e do VER-SUS – Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde, que surgem do debate do movimento estudantil, são exemplos concretos de projetos que colocam os estudantes em contato direto com o cenário da questão agrária e da saúde pública, trazendo esses aspectos para o dia a dia da universidade, contribuindo na formação dos estudantes e na disputa desse espaço.

Por essas questões, defendemos que a UNE precisa se aproximar cada vez mais dos estudantes e da juventude como um todo, colocando sua bandeira como porta-voz no combate aos ataques aos direitos e lutando para conquistar o que é negado historicamente aos jovens brasileiros. É preciso se fazer presente nas lutas de cada

Centro Acadêmico, de cada DCE, das executivas de curso articulando a luta cotidiana dentro das salas de aula com a luta por uma educação que transforme a realidade.

Nesse sentido, temos defendido que a UNE faça uma reforma em seu modelo de organização interna, acabando com o modelo presidencialista e adotando uma gestão colegiada, com a criação espaços descentralizados e abrangentes que formulem e discutam sobre os rumos da entidade.

Por isso, acreditamos na construção do Campo Popular dentro da UNE, pois o movimento estudantil tem que ser crítico e propositivo ao mesmo tempo. Não se pode apenas dizer os erros cometidos, sem apontar as saídas. Ao mesmo tempo que não se pode “tapar o sol com a peneira” e seguir no mesmo rumo, sem avaliar o que será feito. Dentro desse espaço adotamos a postura de sermos propositivos, sem deixar de realizar as críticas necessárias aos aspectos conjunturais da sociedade e da nossa entidade. ★

*Regis Piovesan é vice-presidente da UNE

Assistência estudantil

João Luís Lemos*

Nos últimos doze anos, ocorreram avanços importantes para as universidades brasileiras, como a expansão e interiorização das universidades públicas, além da democratização do acesso através das cotas e do ENEM/SiSU. Hoje, porém, enfrentamos uma situação de cortes no orçamento da educação por conta do ajuste fiscal recessivo que prejudica milhares de estudantes nas universidades públicas e particulares, especialmente quem necessita de políticas de assistência estudantil e quem está inserido em programas como o PROUNI e o FIES.

É necessário que a UNE tenha uma postura combativa e erga as bandeiras em defesa da educação e contra os cortes. Ao mesmo tempo, adotar uma postura apenas defensiva é insuficiente. No próximo período, a UNE deve colocar como tarefa a mobilização dos estudantes brasileiros por uma Reforma Universitária Democrática e Popular que transforme profundamente as universidades e combata a mercantilização da educação superior.

Nesse sentido, destaca-se como uma questão central a luta pela garantia de políticas efetivas de assistência estudantil. O processo de democratização do acesso às universidades nos últimos anos começou a incluir a classe trabalhadora e a população negra e indígena no ensino superior pela primeira vez. Este processo ampliou a necessidade de políticas de assistência estudantil para garantir a permanência destas e destes estudantes nas universidades. Aprofunda-se a urgência da luta pela ampliação dos recursos e atingir o patamar de 2,5 bi de reais, a construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, a ampliação dos programas de bolsas de estudo, dentre outras.

Entretanto, as estruturas ainda conservadoras do ensino superior no país continuam secundarizando a assistência estudantil, o que se torna um grande entrave para o avanço da educação pública. A não regulamentação do ensino superior privado e a insuficiência dos programas de assistência no ensino superior público, colocam milha-

res de estudantes na situação de jornadas múltiplas de trabalho e estudo e dificultam a formação através da extensão, do ensino e da pesquisa. Assim, em grande medida, a educação ainda não é tratada como um direito, mas como uma mercadoria.

Por isso, a UNE deve ter como uma de suas prioridades no próximo período a luta pela garantia da assistência estudantil como um direito das e dos estudantes, sendo necessária para a democratização do ensino superior. É por isso também que esta luta está profundamente vinculada à luta pela transformação estrutural das universidades brasileiras, passando pela regulamentação do ensino superior privado e pela disputa do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior para os interesses da classe trabalhadora e do povo brasileiro, combatendo sua mercantilização. Por uma universidade democrática e popular, queremos mais assistência estudantil! ★

*João Luís Lemos é 1º Diretor de Assistência Estudantil da UNE

Agenda secundarista

Até o fim de 2014, ocorrerão três eventos deliberativos nacionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas:

*o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), onde todas as entidades municipais, regionais e estaduais participam, previsto para agosto;

*o Encontro de Grêmios, onde todos os grêmios estudantis participam, previsto para setembro;

*o Congresso da UBES (CONUBES), onde todos os delegados eleitos nas escolas participam, previsto para novembro.

Cada uma destas atividades irá convocar a seguinte, sendo o CONEG convocado por uma reunião da diretoria plena da entidade.

Para ampliar nossa influência junto aos estudantes secundaristas e reconstruir o movimento estudantil de baixo para cima, é preciso fundar e construir grêmios estudantis e entidades gerais. E nas escolas que até o CONUBES não tiverem grêmios cadastrados junto a UBES, será preciso cadastrar as Comissões de 10, que serão responsáveis pela eleição de delegados.



Alimentos saudáveis, vida saudável

*Leandro Molina**

Uma das principais bandeiras do deputado estadual Edegar Pretto (AE) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul é o fortalecimento da agricultura familiar e o combate ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos.

Edegar é autor de três Projetos de Lei (PLs) que tramitam no parlamento gaúcho, e que tratam da defesa da produção de alimentos saudáveis. O PL 44/2015 propõe a rotulagem das embalagens de alimentos produzidos com agrotóxicos. A obrigatoriedade prevista é válida para o varejo, atacado e indústria. A justificativa de protocolar o projeto é baseada no atendimento das necessidades dos consumidores, como saúde e segurança, proteção de interesses econômicos e melhoria da qualidade de vida. “Este projeto de lei foi apresentado para debate com a convicção de atender as demandas da sociedade, além de reforçar ações de proteção ao consumidor”, lembra o deputado. O PL é contraponto ao projeto aprovado na Câmara dos Deputados que acabou com a exigência do símbolo de transgênico nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados.

Outro projeto é o 263/2014, que proíbe a pulverização de agrotóxicos por meio de aeronaves em todo o território gaúcho. Segundo pesquisas, cerca de 70% do veneno aplicado por avião não atinge o alvo, e invade áreas vizinhas, sejam elas de outros agricultores e plantações, casas, escolas, hospitais, reservas ecológicas e mananciais de águas que abastecem as cidades. E o PL 262/2014, propõe a proibição da fabricação, uso e comercialização do agrotóxico 2,4-D no estado. De acordo com estudos, o produto é tóxico para macro e microorganismos responsáveis pela fertilização dos solos.

A justificativa dos projetos reforçam a garantia da alimentação saudável, que tem sido cada vez mais uma busca da sociedade brasileira, e também destaca a relação dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana, fato este comprovado por inúmeras pesquisas epidemiológicas, que relacionam

a exposição ao agrotóxico com câncer, problemas hormonais, anomalias genéticas e doenças crônicas do sistema nervoso. “Este é um debate importante, que diz respeito à saúde humana, animal e ambiental. Com estes projetos, estamos reafirmando a busca pela transparência, saúde e direitos básicos do consumidor de ter todas as informações que possam auxiliar na tomada de decisões que lhe diz respeito”, complementa Edegar Pretto.

Contra o uso abusivo dos agrotóxicos

Edegar Pretto tem realizado audiências, seminários e debates para discutir o tema. Recentemente coordenou audiência pública que discutiu decisões do Tribunal de Justiça do RS que liberou a venda de agrotóxicos proibidos em outros países. A audiência defendeu Lei Estadual em vigor há 32 anos, e colocou o estado na vanguarda da luta pela preservação da saúde da população e do meio ambiente no Brasil. Também organizou em parceria com mulheres trabalhadoras da Via Campesina um debate onde foi entregue ao Ministério Público do Rio Grande do Sul uma série de denúncias contra o uso abusivo de agrotóxicos no estado. Foram apresentados vídeos e relatos das condições de vida de famílias que enfrentam o problema, principalmente em assentamentos da reforma agrária. O veneno usado em grandes propriedades atinge pequenos agricultores, com prejuízo à saúde e produção orgânica. Um dos principais problemas está em áreas com pequenas propriedades cercadas por lavouras de soja. A pulverização aérea e terrestre atinge diretamente a produção orgânica.

Os documentos, além de apresentarem diversos casos de contaminação ambiental e de pessoas, pedem providências contra o uso indiscriminado de veneno, que afeta se-

Deputado estadual Edegar Pretto participa de debate sobre agrotóxicos em parceria com mulheres da Via Campesina



res humanos, animais e pequenas propriedades em diversas regiões gaúchas. O Ministério Público tem a missão de instaurar inquérito civil, ouvir as vítimas e produzir provas para reparação ao meio ambiente e saúde das pessoas, como ressarcimento das despesas médicas e a condenação por dano moral para casos de intoxicação.

Brasil é o maior consumidor de veneno do mundo

Desde 2008 o Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Conforme relatório da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), cada brasileiro consome em média 7,3 litros de agrotóxicos por ano. No Rio Grande do Sul a média sobe para 8,3, de acordo com a Via Campesina.

Edegar Pretto defende alternativas para a produção de alimentos sem veneno e cita a agroecologia, que não usa agrotóxicos e outros produtos que causam danos à saúde e ao meio ambiente. Para ele, a agricultura familiar é exemplo de produção limpa com respeito à vida como um todo, com muitos exemplos de produção de grãos, frutas, verduras, alimentos agroindustrializados de origem animal e vegetal sem o uso de agrotóxicos. “Essa mobilização é em nome do povo gaúcho, num pedido de socorro em defesa da vida e do ambiente”, alerta o parlamentar. ★

***Leandro Molina** é assessor de imprensa do deputado Edegar Pretto

O que queremos?

Adriano de Oliveira*

No último dia 27 de junho, sábado, reuniu-se o Diretório Estadual do PTRS e aprovou por ampla maioria a resolução “Carta de Porto Alegre”. Registrou-se a abstenção de O Trabalho (1 voto) e cinco votos contrários – 4 da CNB/UL e 1 voto contrário do Ricardo Zamora, atualmente do PTA. Cabe registrar que o companheiro Zamora, na esteira do que propôs o companheiro Olívio Dutra na reunião, votou contra porque achou a carta insuficiente ao não exigir um pedido de desculpas público do PT ao povo brasileiro pelos casos de corrupção e desvios em geral, segundo declaração de voto que fez na referida reunião. Não se posicionou, portanto, contrário ao conteúdo proposto pela carta.

O DRPTRS possui 61 membros. A maioria dos presentes na reunião, das mais distintas trajetórias e campos políticos, falaram em tom uníssono pela necessidade imediata de mudança na condução da política econômica: *É fundamental que o PT, com autonomia e solidariedade, aponte que o Governo Dilma precisa “Mudar já para crescer e incluir mais”, conforme título de nossa resolução, apontando, em especial ser necessária a “reorientação imediata da política econômica iniciada pelo governo no mês de janeiro”*, conforme texto aprovado.

Após uma intensa manhã de diálogo, também foi realizado um debate crítico da “oportunidade perdida” que foi o 5º Congresso do PT para iniciar um contra-ataque eficaz à “campanha de cerco e aniquilamento que fazem sobre nós”, nas palavras do presidente Ary Vanazzi, em coletiva ao final da reunião. Ou, como afirma o próprio texto aprovado, *“Entretanto, o V Congresso Nacional foi incapaz de apontar as mudanças urgentes a serem feitas em nosso percurso e remeteu assuntos importantes ao Diretório Nacional como, por exemplo, o financiamento do Partido e das campanhas, abrindo mão do protagonismo do debate e da decisão. O sentimento existente na avaliação da base partidária é que as decisões da delegação escolhida em 2013, noutro momento do Governo e do PT, não respondem aos grandes desafios da conjuntura atual. Faltou consciên-*

cia do tempo histórico e unidade partidária para produzir uma síntese política que conduzisse o Partido à vanguarda da luta da classe trabalhadora e, assim, articulasse a força social suficiente para enfrentar o acenso conservador e ajudar, com sustentação política, o Governo a aplicar o programa para o qual foi eleito. Mas não foi isso o que aconteceu. Apesar dos debates nos grupos terem apontado os avanços necessários somando-se ao documento apresentado por 35 deputados e deputadas da Bancada Federal, se aplicou a tática de uma maioria conjuntural para travar o debate e impor resoluções ao Congresso. Para o PT gaúcho, o debate não está encerrado na esvaziada plenária final de Salvador...”

Com esta avaliação e analisando os desdobramentos da conjuntura desde a plenária de Salvador ao atual momento político, o PTRS propõe uma campanha de coleta de assinaturas para a realização de um Encontro Extraordinário do PT até o final do ano, apoiado no artigo 113 do estatuto partidário que permite que 1/3 dos delegados e das delegadas possam autoconvocar um encontro extraordinário.

Melhor seria se atual maioria partidária o fizesse através do Diretório Nacional.

Necessário talvez fosse um novo congresso, com novos delegados eleitos de baixo para cima. Mas com o atual estado de catatonía e paralisia da atual maioria partidária, temos que nos apegar ao que nos permite o estatuto do PT para reagir a tendência majoritária suicida instalada na direção nacional do PT.

Curioso é o fato de que quanto mais se deteriora a atual conjuntura política e econômica do país, o comportamento do atual campo majoritário mais se fecha em uma postura hegemônica e impermeável à crítica – que dirá autocrítica?

Cabe ressaltar que as principais resoluções da etapa estadual do 5º Congresso do PTRS foram aprovadas por consenso. Mas as luzes de percepção crítica da realidade foram tolhidas pela linha “nacional”. Mudou-se o comando do CNB/UL em recente encontro pós 5º Congresso e todos os esforços para consensuar a Carta de Porto Alegre foram em vão. Ao contrário, as reações foram virulentas: “Parece pedido de revanche. Essa postura para mim tem objetivos estranhos”, afirmou o Secretário Nacional de Organização do PT. ★

*Adriano de Oliveira é membro do Diretório Nacional do PT



Ary Vanazzi: para o presidente do PT gaúcho, as instâncias e a militância devem cumprir o estatuto e convocar um encontro extraordinário ainda este ano



Carta de Porto Alegre

O momento político é extremamente grave. Enfrentamos uma gigantesca ofensiva contra o nosso partido e, como todos reconhecemos, a maior crise da nossa história.

Mudança. Esta palavra simboliza muito da nossa história e compromissos com o nosso país. Nestes trinta e cinco anos, tivemos a coragem de mudar e iniciamos junto com o povo brasileiro uma grande mudança no Brasil, reduzimos a pobreza, ampliamos o acesso à educação e à cultura para todos, ampliamos direitos civis e criamos um novo ciclo de desenvolvimento em nosso país. Mas é preciso avançar mais no caminho da redução das desigualdades e na ampliação de direitos.

Ampliar direitos é reduzir privilégios. Inconformados com a perda destes privilégios a classe dominante brasileira associada à grande mídia e ao fundamentalismo religioso iniciaram uma grande ofensiva contra nosso projeto tanto nos seus fundamentos econômicos quanto nos avanços sociais e da ampliação dos direitos civis.

Combater a corrupção, respeitado o estado democrático de direito, é essencial para a democracia. A investigação sobre denúncias de corrupção precisa ser feita e corruptos e corruptores devem ser punidos, porém a forma como é conduzida a operação “Lava-Jato”, cerceando o direito de defesa e a presunção constitucional de inocência, bem como as prisões baseadas apenas em delações sem provas, gera um estado de insegurança jurídica. Setores do judiciário estão criando um sistema jurídico de exceção. O PT reafirma seu compromisso de afastar do partido todos os que comprovadamente estiverem envolvidos em atos de corrupção. No entanto, o partido exige que todos os episódios, inclusive o mensalão tucano, a corrupção no metrô de S.Paulo, a operação Zelotes, os depósitos no HSBC na Suíça, sejam investigados com a mesma profundidade da operação Lava Jato.

Cresce em nosso país um pensamento conservador. A grande mídia e a direita em seus ataques diários às instituições democráticas estão gerando um ambiente de ódio. Essa postura que busca gerar uma instabilidade política no país também dificulta a implantação de medidas efetivas para superar a crise anunciada.

O momento político que vivemos exige das forças populares uma constante mobilização, tanto para evitar os retrocessos, como para avançar nas mudanças que o povo brasileiro quer e necessita. Esta premissa tem orientado o PT/RS nas suas avaliações sobre o cenário estadual e nacional. Os movimentos sociais e populares nos dizem: “nos preocupa o nosso projeto, nos preocupa o PT.”

A crise internacional do capitalismo está atingindo fortemente o Brasil e os países da América Latina. Considera-se que o enfrentamento desta crise, com aumento da taxa de juros, contenção dos investimentos e aperto sobre os direitos trabalhistas são medidas equivocadas do governo, e contrariam o programa pelo qual a presidenta Dilma foi eleita. Tais medidas prejudicam a ampla base social que nos apoiou.

Ao aprofundar a estratégia de governabilidade conservadora, compartilhando a condução do governo com a centro-direita, nos afastamos de nossa base social e empoderamos nossos adversários.

A ofensiva da direita, fortemente amplificada em 2015, desafia o PT e o campo democrático-popular a construir uma resposta pautada na mobilização por mais direitos e por maiores transformações sociais.

A reversão deste quadro está na política, no programa a ser defendido e implementado.

Neste cenário, realizamos a segunda etapa do V Congresso do PT. No ato de lançamento, ainda em 2014, o ex-presidente Lula afirmou que “é preciso voltar a construir sonhos, é preciso voltar a construir utopia porque a humanidade não caminha sem esperança”. Esta esperança encheu de motivação a nossa militância.

No RS, a etapa estadual do V Congresso mobilizou 250 delegados e delegadas que, de forma uníssona, disseram ser necessário o nosso Partido ser mais propositivo e combativo alterando os rumos do governo Dilma para cumprir nosso programa, vitorioso nas eleições de 2014.

Entretanto, o V Congresso Nacional foi incapaz de apontar as mudanças urgentes a serem feitas em nosso percurso e remeteu assuntos importantes ao Diretório Nacional como, por exemplo, o financiamento do Partido e das campanhas, abrindo mão do protagonismo do debate e da decisão.

O sentimento existente na avaliação política da base partidária é que as decisões da delegação escolhida em 2013, noutro momento do Governo e do PT, não respondem aos grandes desafios da conjuntura atual. Faltou consciência do tempo histórico e unidade partidária para produzir uma síntese política que conduzisse o Partido à vanguarda da luta da classe trabalhadora e, assim, articulasse a força social suficiente para enfrentar o ascenso conservador e ajudar, com sustentação política, o Governo a aplicar o programa para o qual foi eleito.



“O PT precisa construir uma nova utopia. Precisamos voltar a falar para a juventude. Está na hora de fazer uma revolução neste partido, uma revolução interna e colocar gente nova, gente que pensa diferente, gente mais ousada” Lula

Mas não foi isso que aconteceu. Apesar dos debates nos grupos terem apontado os avanços necessários somando-se ao documento apresentado por 35 deputados e deputadas da Banca Federal, se aplicou a tática de uma maioria conjuntural para travar o debate e impor resoluções ao Congresso.

Para o PT gaúcho, **o debate não está encerrado na esvaziada plenária final de Salvador.** Consideramos que as elaborações plurais devem ir muito além daquela produzida no Congresso, fazendo com que a diversidade de opiniões, como as de Lula manifestadas após o Congresso, continue aflorada e ajude a nossa militância a impulsionar tanto o nosso Partido, como o nosso governo para o rumo certo: ao lado do povo brasileiro.

É incompreensível que o V Congresso tenha derrotado a resolução sobre a “Defesa da Democracia, da Luta e dos Direitos dos Trabalhadores” proposta pela Central Única dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais, afirmando que é preciso fazer o ajuste sobre os mais ricos.

Nesse sentido, reafirmamos o conteúdo das nossas resoluções, construídas com a mais significativa unidade partidária dos últimos anos. É fundamental que o PT, com autonomia e solidariedade, aponte que o Governo Dilma precisa **“Mudar já para crescer e incluir mais”**, conforme título de nossa resolução, apontando, em especial ser necessária a “reorientação imediata da política econômica iniciada pelo governo no mês de janeiro”.

A relação do PT com as demais forças do campo popular, democrático e progressista, deve ser aprofundada. Reafirmamos que urge a criação de uma Frente Política que aglutine partidos de esquerda, movimentos sociais e as redes de ativistas pelos

direitos sociais com o objetivo de disputar pautas econômicas e políticas, enfrentando o retrocesso representado, por exemplo, na redução da maioria penal, nos ataques aos direitos dos trabalhadores – como no projeto de terceirização, na supressão do debate de gênero, na reforma política em curso no Congresso Nacional e na tentativa de revisão do sistema de partilha do petróleo. O objetivo estratégico desta frente deve ser a luta pelas reformas estruturais, construindo instrumentos de articulação política e de comunicação de massas que nos permitam enfrentar e vencer o oligopólio da mídia.

Por tudo isto o DRPT/RS decide manter vivo o debate sobre a estratégia que deve seguir, autoriza a Executiva Estadual a convocar um novo congresso no estado e conclama a todos os delegados e a todas as delegadas do V Congresso do PT a avocar o artigo 113 de nosso Estatuto para chamar um Encontro Nacional EXTRAORDINÁRIO. Um Encontro que tire alternativas concretas à política econômica e mantenham o PT na sua trilha correta: ao lado do povo brasileiro, na defesa intransigente de políticas e estratégias para retomada do crescimento com distribuição de renda, fazendo os ricos a pagar a conta, taxando as grandes fortunas e heranças, na defesa do emprego, do salário, dos direitos dos trabalhadores e da ampliação das políticas sociais. Um Encontro que reafirme o fim do financiamento empresarial ao partido estendendo-o as campanhas eleitorais. A hora é de defender o **legado e o futuro** de nosso Partido contra a tentativa de cerco e aniquilamento em curso pelos inimigos do povo. Mais do que nunca, esta mudança precisa continuar. **É preciso mudar o PT para mudar mais o Brasil.**

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES e DAS TRABALHADORAS!

Porto Alegre, 27 de junho de 2015

Para o PT gaúcho, o debate não está encerrado na esvaziada plenária final de Salvador. Consideramos que as elaborações plurais devem ir muito além daquela produzida no Congresso, fazendo com que a diversidade de opiniões, como as de Lula manifestadas após o Congresso, continue aflorada e ajude a nossa militância a impulsionar tanto o nosso Partido, como o nosso governo para o rumo certo: ao lado do povo brasileiro.

Que mil festivais floresçam

Bruno Costa*

O ano de 2014 se encerrava quando a direção estadual da JPT/RN se reuniu para analisar a conjuntura e aprovar resolução política. Uma das tarefas prioritárias da gestão para o primeiro semestre de 2015 seria a realização do Festival de Arte, Cultura e Política da JPT/RN. Entre 19 e 21 de junho de 2015 transformamos o que era ideia em ação.

O primeiro passo foi compor a comissão organizadora, que contou com a participação de representantes das mais diversas tendências e de militantes petistas sem tendência. Elaborada a proposta de programação e definido o local, deu-se início à campanha de arrecadação, que contou com a Feijoada da JPT, com a venda de rifas, com a venda de camisetas do PT e com a campanha de contribuição voluntária desencadeada nas redes sociais.

Simultaneamente, lançamos o formulário de inscrição online no site da JPT/RN, na página da JPT/RN do Facebook e na página criada especificamente para divulgação das atividades previstas: Cine JPT; grupos de discussão; oficinas; Encontro de Jovens Mulheres; Encontro da Juventude Negra; Encontro da Juventude LGBT; debate de conjuntura; e Arraiá da Militância Petista. Embora não tenhamos arrecadado o suficiente para subsidiar as caravanas vindas de outros municípios e regiões do Rio Grande do Norte, dezenas de jovens deslocaram-se de seus municípios até Natal para participar do Festival, no momento em que tentam decretar a morte do PT. O Festival teve início na sexta-feira (19/06) à noite através do Cine JPT, com a exibição dos curtas “Ilha das Flores”, “Levante sua voz” e “A história das coisas”, seguida de debate político.

Durante a manhã do sábado (20/06), as/os participantes se dividiram em grupos de discussão sobre reforma política, democratização da comunicação e acessibilidade, mas também entre as oficinas de capoeira, imprensa, teatro do oprimido e percussão.

Durante a tarde e a noite do sábado a juventude petista fez história com a realização do 1º Encontro de Jovens Mulheres do PT, do 1º Encontro da Juventude Negra do PT e do 1º Encontro da Juventude LGBT do PT, em horários distintos e sem se chocar com outras atividades do Festival.



A palavra de ordem era auto-organização, mas em paralelo ao Encontro de Jovens Mulheres houve uma roda de discussão sobre feminismo e combate ao machismo com os homens presentes, mediada por lideranças do movimento feminista; em paralelo ao Encontro da Juventude Negra houve uma roda de conversa com os não negros sobre combate ao racismo, mediada por lideranças do movimento negro; em paralelo ao Encontro da Juventude LGBT houve uma roda de conversa com a juventude heterossexual sobre o combate à LGBTfobia, mediada por lideranças do movimento LGBT.

Para finalizar o segundo dia do Festival com muita alegria e confraternização, nada melhor do que o Arraiá da Militância Petista, animado pelo DJ Russo Camarão Nativo e por Antônio de Pádua e banda, valorizando a cultura nordestina.

A programação do terceiro e último dia do Festival (21/06) teve início às 10h30, com grupos de discussão sobre o programa Juventude Viva, conjuntura latino-americana, política de drogas, mobilidade urbana e reforma agrária.

Terminados os grupos de discussão e o almoço, deu-se início ao último momento do Festival, que foi o debate sobre conjuntura nacional, as resoluções do 5º Congres-

so do PT e os desafios da esquerda brasileira, com a participação de Daniel Chacon, dirigente estadual da JPT RN; Patrick Campos, dirigente nacional da JPT; Raoni Fernandes, dirigente estadual do PT RN; e Tássia Rabelo, dirigente nacional da JPT.

Após a exposição inicial dos componentes da mesa, jovens petistas e simpatizantes protagonizaram um rico debate sobre os rumos do PT e da esquerda brasileira, destacando-se os desafios do 3º Congresso Nacional da Juventude do PT. Durante as inscrições ao debate, alternou-se a fala de uma companheira e de um companheiro, como forma de incentivar a participação das jovens mulheres no debate político e de desconstruir a opressão de gênero.

Sem dúvida a Juventude Petista do RN saiu mais fortalecida do Festival de Arte, Cultura e Política da JPT/RN. A JPT como um todo, mas também a juventude negra do PT, as jovens mulheres do PT e a juventude LGBT do PT.

Que mil festivais floresçam pelos mais diversos recantos do Brasil. Em tempos de guerra a Juventude Petista não tem direito à paralisia, mas tem o direito e o dever de se rebelar. ★

*Bruno Costa é secretário Estadual da JPT/RN

Críticas pela direita, confusão na esquerda

Gino Genaro*

Momentos de crise partidária como os vividos pelo PT nos últimos anos são também momentos propícios para se repensar os rumos tomados e as opções políticas adotadas pelo partido ao longo de sua história. São também momentos que propiciam o surgimento de críticas com vista a se propor novas táticas, um novo programa e uma nova estratégia para o partido.

Entretanto é curioso como muitas das “estrelas” do PT que romperam ou ameaçam romper com o partido, o fazem na maioria das vezes pela direita, defendendo “mais do mesmo” de tudo aquilo que trouxe o PT até a encruzilhada em que se encontra atualmente.

Foi o caso da senadora Marta Suplicy, que às vésperas de sair do PT, por não vislumbrar espaço para sua candidatura a prefeita de São Paulo nas eleições de 2016, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, em janeiro, vaticinava “ou o PT muda, ou acaba”. Na entrevista, a senadora fazia duras críticas à política econômica implementada no primeiro mandato da presidenta Dilma, no entanto, quando perguntada sobre a nova equipe econômica comandada por Joaquim Levy e Nelson Barbosa, que o partido inteiro já sabia que teria um viés conservador e ortodoxo, Marta afirmou “é experiente, qualificada. Vai depender de a Dilma respeitar a independência da equipe. Se não respeitar, vai ser desastroso”. Ou seja, além de apoiar uma política econômica mais recessiva e regressiva, ancorada na elevação dos juros e no corte dos investimentos públicos, a senadora de quebra defendeu, ainda que de forma velada, a famigerada independência da equipe econômica (leia-se, do Banco Central e da política monetária).

Já o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, concedeu entrevista à *Folha de S. Paulo* no mês de junho em que diz que o PT precisa se reinventar. Mas ao mesmo tempo Haddad entrega cargos a “novos aliados” como Gabriel Chalita do PMDB, PR e PDT em busca de mais tempo de TV para sua campanha à reeleição. Na crise do trans-

porte público que eclodiu as manifestações de 2013, até na hora de ouvir as “vozes das ruas” e recuar da decisão de elevar o preço das passagens, preferiu fazê-lo posando ao lado de Alckmin. E pensa que sua popularidade está baixa porque o governo federal não repassou os recursos prometidos para que ele transformasse São Paulo em um “canteiro de obras”.

Lula, em recente seminário promovido pelo instituto que leva seu nome, afirmou que “o PT está velho e perdeu a utopia”, pregando uma verdadeira “revolução” na sigla. Os erros criticados por ele foram geralmente opções tomadas por sua corrente política, que detém a maioria do Diretório Nacional da sigla. Ao contrário de uma “re-

volução” no partido, sua corrente articulou para que o 5º Congresso do PT não aprovasse nenhuma mudança significativa, seja no funcionamento interno do partido, seja na adoção de uma nova estratégia que armasse o PT para estes tempos tão difíceis. Preferiram “mudar” de forma de deixar tudo como está.

E Lula? Bom, suas críticas foram feitas depois do Congresso e na presença de Felipe Gonzalez, exemplo do “velho que perdeu a utopia”, mas que foi estrela principal da atividade organizada pelo Instituto Lula. Confuso, não? ★

*Gino Genaro é militante do PT de São José dos Campos.



Inimigos dentro de casa

Petistas constróem o projeto antipetista dentro do PT

*Emílio Font**

Em 2014 Paulo Hartung (PMDB) foi eleito para o seu terceiro mandato ao Governo do Estado do Espírito Santo tendo como vice César Colnagno do PSDB e na aliança a participação do DEM.

Em que pese seu partido, PMDB, fazer parta da chapa de Dilma Roussef, Paulo Hartung (ou PH) apoiou ostensivamente e declaradamente Aécio Neves, diferente do que fez em 2008 quando prometeu e nada fez para apoiar Lula.

Coerentemente logo após a eleição reafirmou, em entrevista ao site *Leia-se*, sua postura de oposição em relação ao Governo Dilma, cuja reeleição qualificou de “retrocesso”.

Todo esse cenário não foi suficiente para que João Coser (então presidente do PT-ES e candidato derrotado ao Senado) se afastasse da histórica aliança que mantém com PH. Pelo contrário, convidado por PH para compor o governo, aceitou um cargo de primeiro escalão antes mesmo de consultar o partido, cuja maioria da Direção Estadual viria a referendar tal posição.

Mas os movimentos de oposição de Paulo Hartung não cessariam. Recentemente em discurso proferido por ocasião da posse de um desembargador, desferiu sérios ataques aos governos do PT, afirmando, entre outras coisas, que a atual crise econômica não era fruto da crise econômica internacional e sim da política econômica “populista” praticada pelos governos do PT, deixando claro sua adesão à postura das elites reacionárias que não admitem que recursos públicos sejam utilizados para melhorar as condições de vida de milhões de pessoas.

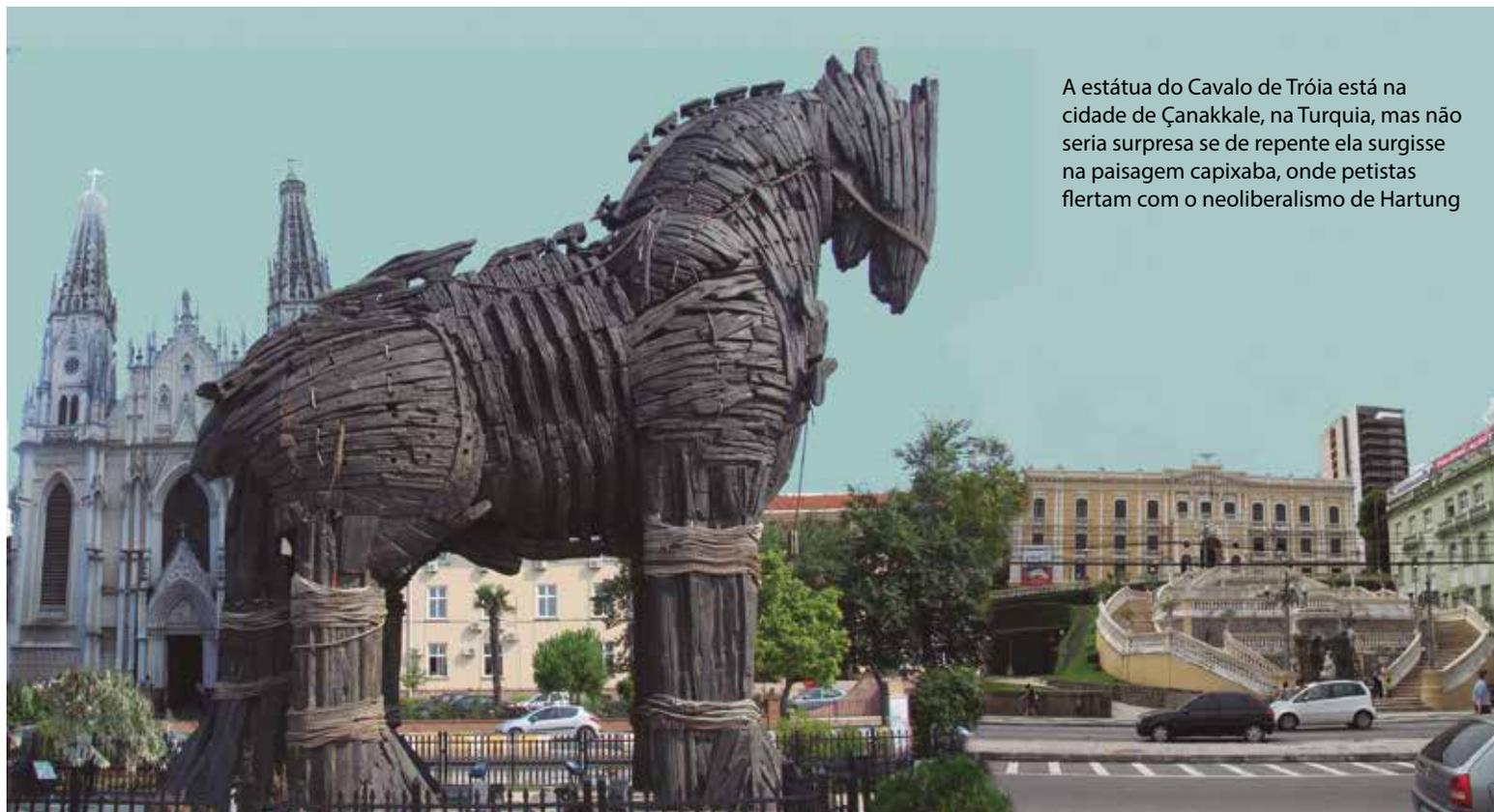
Com passagem por diversos partidos, Paulo Hartung, apesar de sua filiação ao PMDB, é conhecido pela sua alma tucana, tendo inclusive participado do Governo FHC e ocupado o cargo de prefeito de Vitória também pelo PSDB.

Fiel aos seus princípios neoliberais, iniciou seu terceiro governo com o corte orçamentário de diversas áreas sociais e sensíveis ao conjunto da população: saúde, educação, segurança, cultura, defensoria pública, entre outras.

Porém diferente do que se possa imaginar, não se trata de uma medida necessária frente a um suposto (mas inexistente) quadro deficitário do governo estadual. O corte é um golpe midiático que busca justificar uma bravata sua, utilizada durante a campanha eleitoral, na qual afirmava, de forma mentirosa, que o estado do Espírito Santo estava falido e com as finanças desarrumadas e que ele seria quem colocaria em ordem, novamente, as finanças públicas do Estado.

Nada mais útil para, de quebra, retirar dinheiro das áreas sociais, em um estado que tem uma estranha tradição de conceder de forma sigilosa isenções fiscais em valores e montantes desconhecidos às empresas.

Seu mais recente esforço político tem sido o de apoiar e patrocinar a projeto de José Serra que, entre outros, retira a participação mínima da Petrobrás no pré-sal. Para isso conta com seu aliado, Senador Ricardo Ferraço, relator do projeto de José Serra e protagonista de episódios inusitados, entre eles o patrocínio da entrada ilegal de um empresário corrupto boliviano no Brasil e



A estátua do Cavalo de Tróia está na cidade de Çanakkale, na Turquia, mas não seria surpresa se de repente ela surgisse na paisagem capixaba, onde petistas flertam com o neoliberalismo de Hartung



Setores do PT que apoiam Paulo Hartung começam a travar dentro do PT e junto às bases petistas uma disputa que envolve a apologia de Paulo Hartung e suas concepções neoliberais contra o projeto petista

mais recentemente integrando a patética comitiva aecista em terras venezuelanas.

Mas não subestimemos: recentemente PH e Ferraço foram protagonistas de uma reunião com a multinacional Shell no palácio do governo do estado para conversar sobre “inocentes” investimentos desta empresa, no estado no exato momento em que está em pauta o projeto de José Serra, que tem na Shell uma das principais beneficiárias, e do qual Ferraço é relator e PH apoiador ardoroso...

Mas é necessário reconhecer que Paulo Hartung é coerente, neoliberal assumido, privatista e defensor da não intervenção do estado na economia (permitida, é claro, somente quando se trata de favorecer o capital...). Mais do que isso, ainda no seu primeiro governo assumiu publicamente com pompa circunstância que seu programa de governo seria um projeto elaborado por empresas multinacionais presentes no estado, grandes empresas locais e pelos principais grupos midiáticos do estado, cujo objetivo, obviamente, é ampliar a rentabilidade e lucratividade dessas empresas.

E o PT?

Frente a esse quadro era de se esperar que o PT fizesse oposição a um governador que faz oposição ao nosso Governo Federal e que tem como principal aliado um Senador, Ricardo Ferraço, que faz oposição raivosa ao Governo Dilma, tendo participado e convocado entusiasticamente as manifestações anti-Dilma realizadas no Espírito Santo.

Mas não!!! Liberados por uma decisão do Diretório Estadual diversos petistas aderiram ao Governo Paulo Hartung, assim como a bancada de deputados Estaduais que faz parte da base do Governador, votando a seu favor em diversos temas caros ao PT e à população.

Mas até aqui, por mais cruel que possa parecer, poderia tratar-se “apenas” de mais uma dessas típicas jogadas de toma lá dá cá. Mas não: o que estamos vendo é que, além disso, esses setores do PT que

apoiam Paulo Hartung começam a travar dentro do PT e junto as bases petistas uma disputa que envolve a apologia de Paulo Hartung e suas concepções neoliberais contra o projeto petista.

Exemplo prático desse movimento foi a realização de um curso de “formação política” realizado e patrocinado pelo deputado Estadual Padre Honório (PT) que teve como palestrante de abertura o próprio Paulo Hartung. Como se não bastasse, a segunda aula do curso teve como “professor” nada mais nada menos do que o vice-governador Cesar Colnago do PSDB.

“Coincidentemente” está previsto no dia 4 de julho, por iniciativa do deputado Estadual Rodrigo Coelho (PT) a abertura do “Programa de Formação de Gestores Públicos”, “para qualificação e aprimoramento do serviço público” tendo como palestrante de abertura ninguém menos do que o próprio Governador Paulo Hartung.

O que estamos assistindo dentro do PT do Espírito Santo não é mais somente uma disputa entre concepções sobre alianças eleitorais ou de governabilidade, não

se trata apenas de um “PT que só pensa em cargos” como disse recentemente o presidente Lula. Mais do que isso, trata-se de um movimento de desfiguração completa e destruição, a partir do interior do próprio partido, do projeto petista. Trata-se da construção de uma hegemonia interna das ideias daqueles que tem como objetivo a destruição e o aniquilamento do PT.

É urgente que o diretório nacional julgue e aprove o recurso apresentado por 77 petistas do estado, integrantes de diversas forças, para que seja desfeito imediatamente o acordo com Paulo Hartung (disponível em <http://www.pagina13.org.br/pt/espírito-santo-77-petistas-entram-com-recurso-no-pt-nacional-para-desfazer-acordo-com-paulo-hartung/#.VZbiLE-ahuu>), sob o risco de em breve convivermos com a inusitada situação de termos um seção estadual do PT que combate e tem como objetivo fazer oposição ao governo Dilma e destruir o próprio PT. ★

*Emílio Font é dirigente nacional da AE

ANÚNCIO

Já está em circulação a terceira edição da

REVISTA ESQUERDA PETISTA

Publicação da editora

Página PT 13

revista **ESQUERDA PETISTA**

Não basta ganhar. Tem que levar

As esquerdas brasileiras venceram a eleição presidencial. Mas o lado de lá segue sabotando e ameaçando, além de controlar aspectos fundamentais da economia, da política e até do governo nacional.

Progressismo ou não país?

Faça ganhar na política

Indústria e o rol de questões

13 FEVEREIRO/2015

PÁG. 4 E 50

PÁG. 35 E 37

PÁG. 66 E 71

Marx, a política e o “politicismo”

Francisco Xarão*

Em junho passado celebramos 167 anos da publicação do primeiro exemplar do *Jornal Nova Gazeta Renana – órgão da democracia*, fundado por Marx e Engels, para o combate no front ideológico, na revolução alemã de 1848. Neste diário, no período de 1/6/1848 a 19/5/1849, Marx travou um duro combate contra o politicismo. Observar, em retrospectiva, esta crítica, pode sugerir alguma lição a ser aprendida pela esquerda no Brasil do século XXI.

O contexto da fundação do jornal e da crítica ao politicismo é, grosso modo, o seguinte: reconhecendo as debilidades organizativas da Liga dos Comunistas e o incipiente desenvolvimento tanto do proletariado quanto da burguesia alemã, Marx e Engels, sob crítica de outros membros da Liga, se posicionam taticamente na ala esquerda do partido democrata, ao invés de insistir na organização do partido comunista. Por isso, o subtítulo do jornal: *órgão da democracia*. Engels, em 1884, ao avaliar a intervenção de ambos no processo revolucionário, justificará essa opção argumentando que os comunistas em 1848 só poderiam ter como bandeira revolucionária, na Alemanha, a democracia. A constituição de uma república democrática era o requisito fundamental para que os operários alemães conquistassem direitos elementares que lhes possibilitassem uma organização independente. Além disso, enfatiza Engels, a participação na ala mais progressista do movimento oferecia as melhores condições para que seu *órgão da democracia* pudesse falar para uma audiência bem mais ampla, ao invés de propagandear o comunismo em qualquer jornalzinho local ou fundar uma pequena seita.

Após os levantes de março que derubaram o rei, a burguesia, que não promoveu os levantes, mas fora obrigada a participar, assume a testa do movimento e propõe uma nova constituição. A Assembleia Nacional Constituinte Alemã reúne-se, em maio, na Igreja de São Paulo, em Frankfurt. Sua convocação previa um pacto entre a coroa e os eleitos indiretamente – a maioria burgueses e burocratas

prussianos. Por isso, Marx a designa, ironicamente, de *Assembleia Pactista*. Nessa alcunha ele condena tanto o palavrório leviano quanto a ação irrefletida, inclusive do seu partido, o da democracia. Este, ao longo do processo revolucionário, oscilou entre a acomodação das palavras elogiosas, na vitória, e o abandono dos princípios, na derrota. Tudo porque seus aliados burgueses argumentavam estar ao lado do princípio democrático, mas lamentavam que a Alemanha não estava madura para uma república democrática e que a melhor alternativa seria a monarquia constitucional. Desse modo, ao invés de pôr em prática o que seria possível fazer para realizar o princípio democrático, a maioria dos deputados gastava o período das reuniões do parlamento com explanações longas e cansativas sobre o ideal de uma Alemanha unida, a liberdade de imprensa e uma nova constituição liberal. Enquanto isso, os opositores da revolução, que conheciam bem as relações “Reais” do poder, ganhavam tempo para mobilizar suas forças. Esse trocadilho de Marx entre a real situação e a situação do Rei, tornou-se profético, pois Frederico Guilherme IV, que fora destronado em março de 1848, retorna em março de 1849, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte, como Imperador da Alemanha.

O campo revolucionário, por não ter ainda erguido sob seus pés o poder da classe que ascendeu ao Estado, é necessariamente arbitrário, o que não significa sem limites ou sem princípios. A cadeia dos acontecimentos seguirá sempre o caminho que fez aquela classe chegar até onde chegou, ou seja, se foi em nome da democracia que o povo rebentou as antigas relações instituídas na constituição e iniciou a construção de uma nova, então ela precisa se materializar pela imposição da maioria.

A classe vitoriosa em março – proletários, camponeses, pequena burguesia e a maior parte da burguesia industrial – que queriam uma república democrática, deveriam governar. Seu primeiro ato teria de ser decretar o fim do governo anterior. Como não o fez, como não seguiu o curso natural do desenlace da luta política da



qual fora vencedora, o partido democrático soçobrou. Seu pavor da reação lhe impediu de opor-se às usurpações reacionárias do governo caduco. Obteve com isso seu aniquilamento como força política. Por medo do exército absolutista deixou de conquistar um poder no povo contra o qual se despedaçariam todas as baionetas e fuzis. O decisivo, portanto, na resolução do impasse da crise, na opinião de Marx, não é o número de armas que um ou outro lado conseguirá mobilizar, mas a opinião do povo sobre contra quem elas devem ser utilizadas. Consequentemente, ao não viabilizar os meios para tornar seu princípio força material – por exemplo, abolindo todas as obrigações feudais, constituindo um novo exército popular e instituindo o sufrágio universal –, a Assembleia Nacional Constituinte permitiu que as razões que levaram à revolução se tornassem derrotas. Permitiu que a luta por uma Alemanha unida sob uma república fosse retirada do terreno social e levada para a arena política, onde o poder econômico exerce seu controle com mais eficiência. Era desta situação, insiste Marx, que o partido democrático precisava tomar consciência.



A superação do politicismo – essa crença exagerada e sem fundamento do que pode a política – se viabiliza pela atuação na política para além da política. Nos termos de Marx, isso significa que em cada momento específico e sob as condições reais das relações sociais da luta de classes, os trabalhadores precisam dar os passos possíveis que conduzam ao aumento do seu poder material e à diminuição do poder da burguesia

No entanto, o partido da democracia, salvo a ala mais radical representada na *Nova Gazeta Renana*, continuou a luta parlamentar acreditando na força das suas ideias, clamando ao povo que se unisse aos seus princípios redentores. Procedia assim porque atuava no limite do Estado, do poder político. Tinha uma fé inabalável na política. Acreditava que as questões sociais eram o resultado da falta de acordo entre os que governam. Supunha que as diversas lutas no interior do parlamento eram apenas o confronto de ideias. Do lado oposto, a *Nova Gazeta Renana*, ao negar-se a ser “uma folha parlamentar”, negava-se a pensar nos limites da política, porque sabia que todas as lutas políticas são somente as formas aparentes dos conflitos sociais. Ressoa aqui a convicção mais profunda de Marx sobre a natureza da política – a arena na qual simulam-se as lutas sociais, o teatro onde se encenam acordos entre interesses inconciliáveis para mascarar a dominação de classe.

Contudo, ainda que Marx reconheça que a política não é outra coisa senão o poder instituído da classe dominante para le-

gislar em causa própria, ele não recomenda que os trabalhadores abdicuem dela, porque todas as armas que eles precisam para lutar contra a opressão de classe são forjadas na própria sociedade burguesa. Infelizmente, escreve Marx em vários artigos da *Nova Gazeta Renana*, as condições dessa luta, para tristeza de certos “revolucionários”, não são adaptadas para suas fantasias idealistas como liberdade, igualdade, fraternidade, republicanismo, tolerância e outras desse tipo. Não são os princípios, por si mesmos, que determinam a forma de luta a ser trilhada, mas as condições e os interesses materiais da classe. É por isso que os trabalhadores precisam atuar politicamente, mas com o olhar social. Qualquer reivindicação social, por mais particular que seja, é sempre mais universal do que a proposição política mais geral. É assim porque a questão social toca, sempre, no cerne do sistema: a propriedade privada dos meios de produção. No entanto, na Alemanha de 1848, a luta pela reforma do sistema político, embora mais restrita que a luta pela reforma agrária, por exemplo, assumiu um papel central, na medida em que sua conquista significava a derrota do antigo regi-

me e a preparação do terreno para o combate entre burgueses e proletários.

Em síntese, a superação do politicismo – essa crença exagerada e sem fundamento do que pode a política – se viabiliza pela atuação na política para além da política. Nos termos de Marx, isso significa que em cada momento específico e sob as condições reais das relações sociais da luta de classes, os trabalhadores precisam dar os passos possíveis que conduzam ao aumento do seu poder material e à diminuição do poder da burguesia. E se isso não for possível, lutar, ao menos, para não perder o que já conquistou. ★

***Francisco Xarão** é professor de Filosofia da UNIFAL-MG

Referências:

MARX, K.; ENGELS, F. [1848-49] *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010.

ENGELS, Friedrich. [1884] Marx e a Nova Gazeta Renana. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v. III.

Três desafios

João Pontes*

A escalada das violências e do preconceito no país não só refletem o crescimento de setores conservadores, mas, fundamentalmente, são produto das limitações e das contradições do modelo de desenvolvimento sustentado pelos governos de centro-esquerda a partir de teses hegemônicas no PT e demais partidos de esquerda.

O nacional-desenvolvimentismo social-democrata não deu conta de promover reformas econômicas estruturantes, nem a reforma política e dos meios de comunicação, reduzindo a capacidade de disputa de valores na sociedade.

A síntese simbólica se traduz em uma “aliança” de classes centrada no crescimento do poder de consumo da classe trabalhadora — mas também das elites econômicas e políticas do país —, reproduzindo um ideal de vida semelhante ao *american way of life* norte-americano da década de 60. Ter um carro zero (comprado com IPI reduzido — o que não ocorreu com bicicletas), uma casa própria, uma grande televisão (ligada na Globo), demais bens de consumo e uma educação instrumental (formação de mão-de-obra) são os horizontes na trajetória de boa parte das pessoas.

Há uma “retroalimentação” entre economia, política e cultura: as condições de vida melhoraram, mas esta melhora é “interpretada” por uma capacidade de crítica, reflexão, autonomia, descolonização e organização que não foram ampliadas.

Do ponto de vista interno às políticas públicas culturais, há uma tentativa de mudar o paradigma (apesar de alguns retrocessos no primeiro governo Dilma). A partir do Governo Lula, com Gil e Juca, passamos aos primeiros passos no processo de construção de um Estado forte, com condições de garantir os direitos culturais e promover uma cultura de direitos (cidadania cultural), respeitando e promovendo a autonomia, a diversidade e a democracia — apesar de ainda estarmos longe destes horizontes.

Foi dado início ao processo de ampliação do orçamento (o Fundo Nacional de Cultura); democratização da gestão (com participação popular — a exemplo dos Co-

A dimensão cultural precisa ocupar um papel central no projeto de desenvolvimento integral do país, de forma transversal



O ministro da Cultura Juca Ferreira

legiados Setoriais, das Conferências, do Conselho Nacional de Políticas Culturais, da Comissão Nacional de Pontos de Cultura etc.); e um planejamento que ultrapassa as gestões governamentais, indicando diagnósticos, diretrizes, conceitos, estratégias, ações e metas para o projeto de país que queremos nos próximos 10 anos: o Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado pelo Congresso Nacional em 2010. Estes elementos têm na estruturação do Sistema Nacional de Cultura sua ferramenta institucional de viabilização.

É possível considerar que as políticas culturais estão no extremo oposto às políticas de saúde. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) data pouco mais dois anos de aprovação pelo Congresso; a maioria de estados e municípios sequer contam com os seus; e o acesso aos bens e serviços culturais está longe de ser reconhecido como direito pela maioria da população. No que diz respeito à cultura dos direitos culturais, vivemos ainda um período que pode ser caracterizado como de pré-cidadania.

Desta forma, temos três grandes desafios: a construção da consciência dos direitos (cidadania cultural); a consolidação de desenhos institucionais que compreendam os diferentes níveis de necessidades e de-

mandas socioculturais, esferas de participação e atribuições estatais (a criação e o detalhamento/aprofundamento dos Sistemas de Cultura); e, por fim, a sua plena efetivação. A superação destas três necessidades só avançará se caminharem juntas: a consciência de direitos (cidadania cultural) só avança na medida em que estes vão sendo reivindicados, garantidos e exercidos, possibilitando o desenho de modelos institucionais mais eficazes que, por sua vez, efetivem os direitos e ampliem a consciência em relação a eles, e assim por diante, num movimento dialético.

As políticas culturais contam com baixo orçamento e ainda não foi superado o modelo de concentração dos recursos públicos na renúncia fiscal (herança do neoliberalismo). Assim, não somente estes elementos precisam ser superados, mas, ainda, a dimensão cultural precisa ocupar um papel central no projeto de desenvolvimento integral do país, de forma transversal. ★

***João Pontes** é militante da setorial de cultura do PT e da AE, hoje atuando na Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura como Coordenador-Geral do Plano Nacional de Cultura (joaoppontes@gmail.com)

O que a Grécia ensina ao Brasil?



Breno Altman*

Estatégias de mudanças sem conflito são eficazes apenas em períodos de bonança, quando a interseção entre transformação e paz se amplia porque o Estado tem mais recursos para investir na melhoria da vida dos pobres sem afetar a fortuna e os interesses dos ricos.

Nas épocas de escassez, esta zona de conforto desaparece.

Somente há mudanças se houver conflito, o instrumento político pelo qual a sociedade distribui renda, poder e riqueza.

Se a regra central for evitar enfrentamentos, não há mudanças. Normalmente impera o retrocesso e a capitulação.

As forças progressistas, quando seguem esta senda conciliatória sem base objetiva, geralmente são tragadas pela paralisia, sofrendo todos os males do enfraquecimento político, incluindo a desmoralização perante eleitores e apoiadores.

O resultado prático, nestas circunstâncias, é deixar o terreno fértil para a ofensiva das forças mais reacionárias, que se aproveitam das contradições e confusões para impor sua agenda e ditar o ritmo da vida política.

Mais grave quando, para se evitar o confronto a qualquer custo, quebra-se o cristal da coerência, criando um fosso entre o discurso de sedução eleitoral e a prática de governo.

O Syriza extraiu estes ensinamentos da história grega e do movimento socialista mundial.

Obviamente atento aos limites da situação política e econômica, além das fragilidades objetivas da Grécia, o partido de Tsipras revela muita flexibilidade tática na negociação com os centros imperialistas europeus.

Sua marca de corte, no entanto, não é evitar o conflito, mas viabilizar a mudança, o que implica fundamentalmente construir maioria nacional e solidariedade mundial para embates inevitáveis.

Avanços e recuos, operados com a necessária maleabilidade, parecem submetidos a um rigoroso objetivo estratégico: gerar uma outra correlação de forças na Europa, forçando ao máximo a disputa com a Troika, até que se criem as possibilidades de uma nova ordem econômica.

Preferencialmente parida por acordo. Se necessário e inevitável, pelo fôrceps da ruptura.

A lógica da tática, assim, não se apresenta como instrumento destinado a obter

pequenas concessões, mas caminho para construir um bloco capaz de combater a ditadura do capital financeiro.

Esse foi o papel do plebiscito de domingo.

A política de esquerda somente pode triunfar quando se transforma em mobilização popular, principal alicerce de qualquer mudança efetiva.

*Breno Altman é diretor editorial do site Opera Mundi



Qualquer comparação entre distintas realidades nacionais nasce morta se omitidas ou negligenciadas as realidades concretas, mas a pátria do Syriza também traz lições universais



Dilma recebe Tsipras em dezembro de 2012

NOTA DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Que a valentia grega nos inspire!

A maioria do povo grego, manifesta em referendo realizado no domingo 5 de julho, disse um rotundo não à proposta feita pela “troika”, respaldando portanto a postura do governo grego.

O governo grego, encabeçado por Alexis Tsipras do partido Syriza, vem há meses negociando com as autoridades europeias. Em nenhum momento o governo grego recusou pagar a dívida. Ao contrário, argumenta que as propostas da “troika” destroem a economia grega e portanto impedem o pagamento da dívida.

Os números confirmam as afirmações do governo grego: apesar dos sacrifícios impostos à população pelos governos neoliberais que antecederam o atual governo, a dívida vem crescendo.

Frente a chantagem do grande capital financeiro europeu, o governo grego recorreu à democracia: convocou o povo a decidir. E o povo disse não.

O referendo grego não encerra a batalha. Dias ainda mais difíceis virão, pois as autoridades europeias e o grande capital financeiro farão de tudo para desestabilizar a economia e o governo da Grécia.

O povo da Grécia demonstrou sua valentia. Aos povos do mundo, especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras, cabe prestar solidariedade política e material. Por isto, conclamamos os governos latino-americanos e aos que integram os BRICS, a começar pelo governo brasileiro, a enviar missões à Grécia e a discutir maneiras práticas de apoiar a luta do povo grego.

A Grécia é um pequeno país. O Brasil é um grande país. Esperamos que a valentia grega nos contamine, para que aqui também o medo seja novamente derrotado pela esperança.

Brasil, 6 de julho de 2015

Tendência petista Articulação de Esquerda



Alexis Tsipras representa a Esquerda Europeia

NOTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PT saúda a estupenda vitória do povo grego

O Partido dos Trabalhadores saúda o triunfo justo e digno do povo grego contra o terrorismo financeiro do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional. Ao manifestar com a contundência de 61,3% a 38,7% sua rejeição à proposta neoliberal desses organismos financeiros e suas medidas de austeridade reclamadas pela União Europeia frente a crise financeira que o país atravessa, o povo grego disse não ao aumento do Imposto de 23% sobre alimentos, ao corte drástico das aposentadorias, à redução violenta dos salários dos funcionários públicos entre outros pontos para assegurar o desembolso de bilhões de euros que fazem parte do resgate financeiro do Eurogrupo.

O Banco Europeu chantageava a Grécia sob a tutela do FMI segundo a fórmula “mais dívida para pagar a dívida” o que só agravava a situação e o sofrimento do povo helênico e de resto concentrando o capital em poucas mãos.

A vitória do povo grego, conduzida pelos companheiros da Coligação Syriza, que governa aquele país, pode ser considerada também como um triunfo dos povos valentes da América Latina e uma viva demonstração de que é possível resistir às pressões das políticas neoliberais e negociar em condições mais vantajosas aos trabalhadores e camadas populares de seus países.

O Partido dos Trabalhadores manifesta seu mais profundo respeito e admiração ao povo grego, berço da democracia, no momento histórico em que inflige uma derrota ao capitalismo mais selvagem.

São Paulo, 6 de julho de 2015

Rui Falcão, Presidente
Mônica Valente, Secretária de Relações Internacionais



Manifestação em Lisboa defende o “Oxi” no referendo da Grécia